



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0590/15	DATA: 14/05/2015	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 14h03min	PÁGINAS: 69

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LILIAN LETÍCIA MITIKO HANGAE - Representante do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio.
CARLA CRISTINA GUAITANELE - Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.
MARCUS SABOYA - Conselheiro da APA de Pouso Alto.
FERNANDO AMBRÓSIO TRINDADE - Membro da Diretoria da Cooperativa de Agricultura Familiar.
ÁLAN CONÇALVES BARBOSA - Prefeito de Alto Paraíso, Estado de Goiás.
JULIO ITACARAMBY - Secretário de Meio Ambiente de Alto Paraíso.
DONIZETE TOKARSKI - Presidente da Ecodata.
DENISE AGOSTINHO - Especialista em recursos hídricos.
CELSO TOMITA - Produtor orgânico e pesquisador junto à UnB — Universidade de Brasília.
ANDRÉ LIMA - Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal.
CARLOS SALGADO - Representante da Secretaria Executiva da Rede Pouso Alto Agroecologia.
GISLAINE DISCONZI - Especialista do Conselho de Conservação de Aves Aquáticas das Américas.
PAULO FIÚZA - Representante do MAIS Cerrado.
REUBER BRANDÃO - Professor de Manejo, Fauna e Unidade de Conservação da Universidade de Brasília — UnB.
EDUARDO ESTELLITA - Vereador em Alto Paraíso, Estado de Goiás.
ROMANO - Agricultor em Alto Paraíso.
THOMAS ENLAZADOR - Representante do Instituto Biorregional do Cerrado e Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente — COMDEMA de Alto Paraíso.
SOFIA CARVALHO - Representante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida.
EDMUNDO GOMES FILHO - Vereador do Município de Cabeceiras, Estado de Goiás.
NATHÁLIA MACHADO E SOUZA - Representante do Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
DIVA - Consultora Internacional da UNESCO.
NINA PAULA LARANJEIRA - Diretora do Centro UNB Cerrado.
JADY RAFAELA REIS - Estudante da UnB.
CONSTANCIA OSPINA. Representante do Movimento Somos Água.
TANIRA AZEVEDO. Representante do Movimento dos Direitos Animais.
CÉZAR NETO - Morador de Alto Paraíso de Goiás.
WERNER ROMANO - Morador de Alto Paraíso de Goiás.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

Debate sobre o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, na Chapada dos Veadeiros.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada a debater o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, na Chapada dos Veadeiros.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Augusto Carvalho, do Distrito Federal, aqui à minha esquerda, que tem uma atuação relevante em defesa do meio ambiente.

Comunico a todos que o evento é transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara* para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Convido para compor a Mesa os nossos expositores: Carla Cristina Guaitanele, Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (*palmas*); Marcos Saboya, Conselheiro da APA de Pouso Alto (*palmas*); Fernando Ambrósio Trindade, membro da Diretoria da Cooperativa de Agricultura Familiar (*palmas*); e Lilian Letícia Mitiko Hangae, representante do Instituto Chico Mendes. (*Palmas.*)

Prestados esses esclarecimentos iniciais, informo que nós vamos conceder a palavra a cada expositor por 15 minutos. Desde já agradeço a cada convidado a presença e peço que observe o tempo proposto para sua exposição, porque ao meio-dia terá início a sessão plenária da Câmara. Nesse período, todas as reuniões das Comissões são suspensas.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e presentes que a Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Nós também teremos a participação da plateia, que deverá se inscrever na mesa à direita. Servidores da Comissão que acompanham esta audiência pública estarão encarregados de moderar as perguntas, as quais serão respondidas pelos nossos convidados e pelos Parlamentares ao final dos debates.

Confirmo que a reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes autorização para que a Casa possa publicar suas exposições e utilizar suas imagens na transmissão de programas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Pela importância deste encontro é que o Deputado Augusto Carvalho, atendendo as populações da região, propôs a esta Comissão que acolhesse o requerimento para debater a questão dessa área de preservação ambiental.

Na qualidade de Presidente da Comissão, ressalto que esta é uma iniciativa importante, porque nós vamos debater o plano de manejo da área de preservação ambiental da região chamada de Berço das Águas. Eu cumprimento o Deputado Augusto Carvalho pela iniciativa e pela exemplar preocupação. Esse debate também será útil na abordagem do manejo em outras áreas de preservação ambiental em que temos os mesmos problemas ou problemas semelhantes aos que estamos enfrentando nessa região. Cumprimento todos os presentes.

Tenho certeza de que, com o espírito público que nos é peculiar, haveremos de avançar nas questões que nos trazem para esse debate. Chegaremos a um bom plano, no sentido de nós normatizarmos, de maneira efetiva, o uso do solo e dos recursos minerais, com uma gestão adequada e uma regulação jurídica que possa estabelecer um regramento que tenha a preocupação de zelar por área tão importante para essa região e para o Brasil; aliás, para o mundo.

A Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto engloba seis Municípios e tem 900 quilômetros quadrados. Entre esses Municípios encontra-se Alto Paraíso, cujo Prefeito está aqui presente, junto com os Vereadores e sua equipe. Trata-se de uma área de destino turístico, mas também de uma área que faz parte do Cerrado, que tem biodiversidade e ecoturismo e que é a fonte de abastecimento de toda a Bacia do Tocantins, sobretudo diante do agravamento da crise hídrica no Brasil, devido ao mau uso e à má gestão da riqueza da água em nosso País. Portanto, o Berço das Águas assume um valor incomensurável e é natural que moradores, ambientalistas, a sociedade e o Parlamento discutam o assunto.

Registro a presença do Deputado Ricardo Tripoli, que também trabalha por essa causa e é um especialista em pequenos animais e autor de leis pioneiras. *(Palmas.)*

Nós vemos a expansão da sociedade, a expansão populacional, o crescimento das cidades, a especulação imobiliária, a mineração, a questão da energia, e tudo isso concorre no sentido de alterar essa região.



Esse é um debate democrático. Sobre a flexibilização do zoneamento, temos que ouvir a população, as pessoas interessadas. O Deputado Ricardo Tripoli é quem tem hoje a função de produzir uma legislação sobre licenciamento ambiental. Portanto é pertinente sua presença. Os pequenos agricultores têm hoje toda uma proteção institucional, mas o plano de manejo tem que orientar desde a agricultura familiar aos outros usos que podem comprometer o meio ambiente.

Portanto, nós temos a dimensão ambiental e a dimensão do homem, que se traduz na questão socioeconômica que ele quer usar. É uma tarefa difícil, mas nós temos que enfrentá-la. O caminho da humanidade vai depender justamente dessas decisões.

Vou dar início às exposições. O Deputado Augusto Carvalho sempre fala que essa região é a biosfera de todo o Planalto Central. A Comissão de Meio Ambiente recebe a representante do Ministério do Meio Ambiente e todos os expositores. Sejam bem-vindos! Muito obrigado. *(Palmas.)*

Inicialmente, antes de ouvirmos a Dra. Lilian Hangae, que representa o Instituto Chico Mendes e o Ministério do Meio Ambiente, concedo a palavra ao Deputado Augusto Carvalho, autor da proposta de realização desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO - Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos membros palestrantes da Mesa o aceite ao nosso convite; ao Deputado Ricardo Tripoli, pela presença, que tem sido militante permanente das boas causas desta Casa; ao Prefeito, ao nosso Vereador, ao nosso Secretário de Meio Ambiente, aqui presentes; às entidades que aqui se fazem representar; à assessoria da Comissão de Meio Ambiente; à minha assessoria, que está se desdobrando para que possamos estar aqui debatendo essa questão.

Por que um Deputado do Distrito Federal está metendo o bedelho em território alheio, em Goiás? Primeiro, porque faz 44 anos que estou em Brasília e aprendi a amar os encantos da Chapada há muito tempo, inclusive levando meus filhos pequenos para fazer aquelas caminhadas maravilhosas. Então, é uma relação de afeto. Acho que expressei o sentimento de boa parte das pessoas aqui do Distrito



Federal e de outras partes do Brasil que vão à Chapada e fazem questão de ter aquele santuário absolutamente preservado.

Aqui no Brasil nós temos a cultura do fato consumado. Desde quando a APA foi criada, em 2001, deveria haver um plano de manejo. Mas ele foi sendo relegado e os fatos foram se consumando. O agronegócio vai se instalando, as pulverizações de agrotóxico vão acontecendo, o desmatamento ocorre, enfim, há a depredação.

Apesar dos recados da natureza que têm sido dados, principalmente ao longo das últimas décadas, com secas extremas, inundações, mudanças climáticas, esta Casa, infelizmente, às vezes, tem alguns gestos na contramão de tudo o que se faz no mundo, por exemplo, quando recusa a advertência em alimentos que contenham transgênicos, como ocorreu na votação terrível que aconteceu há poucas semanas aqui e que nós gostaríamos de esquecer.

Nós não podemos concordar com isso. Os fatos consumados têm que ser enfrentados. Hoje, antes de vir para cá, passei por um evento do PRONARA — Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos. O INCA — Instituto Nacional de Câncer se manifesta orientando que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos, no entanto os fatos vão ficando como consumados e nós não fazemos nada. Então, na medida das nossas possibilidades, procuramos fazer o possível.

Agradeço ao SOS Mais Cerrado, que ajudou muito na realização desse evento. Assim, vão se organizando e capilarizando o debate desses temas, até porque, como eu estava falando sobre os fenômenos extremos da natureza, a crise hídrica vem para todo mundo se não preservarmos as nossas nascentes e os berços das nossas nascentes.

Nós temos a Estação Ecológica de Águas Emendadas e sabemos da intensa pressão da especulação imobiliária, mas devemos estar atentos ao que acontece na APA de Pouso Alto, que envolve os Municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, São João d'Aliança, Teresina de Goiás, Nova Roma, entre outros. O Prefeito de Alto Paraíso, cidade que está dentro da APA, certamente vai ter coisas para falar.

Eu teria muito a dizer, mas não quero me prolongar, pois acho que os nossos palestrantes vão nos ajudar a fazer essa reflexão. Eu até sugeriria ao nosso Presidente que ouvíssemos depois o Prefeito, que fala em nome de todos os cidadãos da cidade e certamente sofre a tensão do debate, da interlocução com os



agentes do agronegócio, com aqueles que querem construir centrais hidrelétricas, com aqueles que querem pulverizar... Certamente, essas questões confluem sobre o representante eleito pela comunidade. Eu acho que a palavra do Prefeito, na sequência dos expositores, seria muito boa, como também a do nosso Secretário de Meio Ambiente, que tem uma contestação técnica ao que está sendo proposto em termos de plano de manejo, para que todos possamos partilhar as aflições, das preocupações, e ver, ao final, como podemos contribuir, aqui na Câmara dos Deputados, na Comissão de Meio Ambiente, para esse debate.

Muito obrigado a todos.

Devolvo a palavra ao Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Quero registrar a presença do Deputado Carlos Gomes, e já registrei a do Deputado Ricardo Tripoli; do Prefeito de Alto Paraíso, Álan Barbosa, e do seu Secretário de Meio Ambiente; do Vereador Dada; de Reuber Brandão, que representa o Laboratório de Fauna da Universidade de Brasília; do Prof. Davi Pantoja, do Departamento de Zoologia da Universidade de Brasília; de Tanira Azevedo, que representa a Frente Parlamentar em Defesa dos Animais; de Fábio Padula, da Reserva Bacupari; de Nina Paula Laranjeira, do Centro UnB Cerrado; de Edna Leoni, moradora e arquiteta de Alto Paraíso; de Romano, morador que trabalha com agricultura orgânica; de Maria Augusta; de Cláudia Garavello, educadora ambiental; de João Trindade. Ao longo dos trabalhos, eu vou registrando as presenças.

Acolho a sugestão do Deputado Augusto Carvalho para ouvirmos o Prefeito na sequência das exposições.

Passo a palavra à Dra. Lilian Letícia Mitiko Hangae, representante do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes.

A SRA. LILIAN LETÍCIA MITIKO HANGAE - Bom dia a todos.

Agradeço ao Deputado a oportunidade, por ter criado esse espaço para discutirmos. Eu sou Lilian Hangae, trabalho no Instituto Chico Mendes, sou Diretora-Substituta de Criação e Manejo de Unidades de Conservação e exerço a função de Coordenadora-Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação Federais, que cuida da parte dos planos de manejo. Venho representar o Ministério por um pedido pessoal da Ministra, que ficou bastante



sensibilizada com o chamado da sociedade, que vem nos procurando tanto no Ministério quanto no ICMBio, com conselheiros da APA e representantes da UnB preocupados com a causa ambiental e com o desenvolvimento sustentável da região.

Geralmente, ficamos muito sozinhos nessa luta. Então, quando vem um chamado da sociedade, precisamos passar nossa mensagem. A Ministra me pediu que dissesse a todos que o Ministério se coloca à disposição tanto para discutir tecnicamente a proposta de zoneamento quanto para fazer a articulação com o Governo do Estado.

Com relação especificamente ao zoneamento da APA, através do Conselho do Parque, o ICMBio já fez algumas sugestões de melhoria. Agora, nós colocamos a Coordenação de Elaboração de Plano de Manejo à disposição para apoiar uma discussão mais técnica, porque um zoneamento tão simplificado, com duas categorias, não atende nem à orientação técnica, à sua função de pensar em reduzir os impactos, preservar as áreas mais frágeis, buscando limites naturais. Temos o Parque Nacional no contexto da APA e principalmente por isso nos inserimos nessa discussão, pensando em minimizar os impactos negativos da APA dentro do Parque.

Inclusive, a Ministra se colocou à disposição para participar de um debate no Conselho do Parque, para tratar da discussão tanto da proposta de ampliação quanto do zoneamento. Nessa tentativa de também não sobrepor as funções do órgão federal às do estadual, respeitamos muito os nossos limites e nos colocamos à disposição para ampliar a discussão.

A Carla Guaitanele veio fazer uma apresentação sobre os mapas, para podermos discutir mais.

É essa a mensagem do ICMBio. Ficamos muito satisfeitos de ver a sociedade apoiando a causa ambiental. Estamos à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - O nosso Presidente foi dar uma entrevista aqui ao lado.

Passo a palavra à Sr. Carla Cristina Guaitanele, Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. *(Pausa.)*

A SRA. CARLA CRISTINA GUAITANELE - Bom dia a todos.



Obrigada, Deputado, pela oportunidade, pela abertura deste espaço para discussão; obrigada a todos os presentes. Na minha concepção, a sociedade mobilizada para discutir assuntos tão importantes como esse é o que movimenta os nossos órgãos federais, é o que movimenta o Governo. Então, agradeço, mesmo, de coração, a todos os presentes. É com o apoio de todos que, de fato, conseguimos ter uma boa gestão na unidade e em toda a região. Então, primeiramente, obrigada a todos.

Vou mostrar aqui alguns mapas, para tentarmos visualizar a questão e avançar um pouco mais nas discussões do grupo como um todo. Estamos discutindo sobre uma APA e eu estou aqui como representante, como Chefe de um Parque Nacional. Eu vou até voltar o eslaide para falarmos de uma Área de Proteção Ambiental.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que estamos discutindo? O que é uma Área de Proteção Ambiental? Em geral, é uma área extensa com certo grau de ocupação humana. Naturalmente, essa categoria de unidade de conservação que chamamos de área protegida já permite alguns tipos de ocupação. Essa área é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Ela pode ser constituída tanto por terras públicas quanto por terras privadas. Então, acho importante visualizarmos o que de fato é uma APA, até para isso subsidiar a nossa discussão.

Em contrapartida, o Parque Nacional que nós do ICMBio aqui estamos representando tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.



Como podem ver, há algumas diferenças entre estas duas categorias. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é bem conhecido pelos atributos ecológicos, principalmente; pela beleza cênica da região; e por não ter morador. Já o contexto da APA é de ocupação. Então, temos que tentar compatibilizar a conservação do território com o grau de importância dessa categoria que é a Área de Proteção Ambiental.

Na minha concepção, o desenho da APA é magnífico. Acho que a concepção, também, dessa Unidade de Conservação, em 2001, foi pensada tecnicamente e contou com um desenho que privilegiou boa parte da Chapada dos Veadeiros. É uma área extensa que representa bem este nosso território.

No meio do mapa, em rosa, vemos o Parque Nacional. Naturalmente, a APA tem uma importante influência sobre a conservação não só do Parque Nacional, que está no nosso entorno direto, como de toda a Chapada dos Veadeiros, já que o Parque hoje, com o tamanho que tem, são 65 mil hectares, é muito pequeno para proteger a nossa biodiversidade, para proteger o bioma do Cerrado. Então, é necessário que avancemos na conservação do Cerrado, para além do Parque Nacional, com seus somente 65 mil hectares. Esse mapa é só para contextualizar a ocupação da APA, com o Parque ao meio.

Vou mostrar também nos mapas as frentes de pressão voltadas diretamente para o Parque Nacional. Esse trecho, como podemos ver, na parte sudeste da APA, é a parte mais consolidada nessa Unidade de Conservação. É aqui que temos as ocupações maiores, com monoculturas, com pulverização aérea. Tudo que existe de ocupação de área consolidada está concentrado nesse trecho. É um trecho significativo de ocupação, mas é bem restrito quando se pensa em quase 900 mil hectares.

Também nessa parte sudeste da APA, localizamos o Povoado do Moinho, para quem conhece a Chapada dos Veadeiros. Então, nós temos áreas bem consolidadas, como essas duas fazendas, em cabeceiras, em áreas de nascentes.

Já na parte noroeste do Parque, a ocupação muda bastante. Aqui já há fazendas grandes, mas com muito mais ocupação de pecuária. Não há tanto aquela ocupação massiva de fazendas consolidadas, já não há algumas questões críticas como naquela parte da APA que acabei de mostrar. Há muitas fazendas pequenas e



muita área que ainda está bem conservada. Eu diria então que é essa a área com que temos de nos preocupar mais. A soja, por exemplo, chegou no ano passado. É tudo muito recente. Então, é uma área que precisa de um olhar especial, senão vai ficar igualzinha àquela outra área que mostrei.

Na parte norte da APA, onde estão Cavalcante e Teresina de Goiás, a ocupação é bem antiga e não tem havido tanta evolução. São fazendas mais voltadas para a pecuária, também sem tanta interferência, como de pulverização aérea, em relação àquela região sudeste da APA que eu mostrei. E a consolidação aqui se dá principalmente na parte urbana e em seu entorno. Então, eu diria que é uma ocupação mais tranquila dentro da Chapada.

Essa imagem é mais para tentarmos comparar como estava a APA em 2002, lembrando que ela foi criada em 2001. Espero que consigam ver isso nesse mapa. Em amarelo estão as áreas de pastagem; em laranja, as áreas de agricultura; em verde, as áreas remanescentes do Cerrado. Quero que olhem agora especialmente essas manchas amarelas e laranja. Esse mapa é de 2002. Olhando para o de 2014, podemos ver como está a APA hoje. Então, já houve uma mudança brusca em 12 anos. Todo mundo está conseguindo ver? *(Pausa.)* Como nós vamos estar daqui a 10 anos se não tivermos um bom instrumento de gestão do território?

Especificamente sobre o Parque, gostaria também, com esse mapa, de mostrar que nós já fomos grandes; já teve 625 mil hectares o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O nome inicial era Parque Nacional do Tocantins. Podemos ver aqui, em azul, a área original do Parque, com 625 mil hectares. Então, ele era quase do tamanho da APA. Depois, em 1972 — aqui, em rosa —, vemos que ele foi diminuído. O Parque foi criado em 1961. Em amarelo, vemos o Parque com 65 mil hectares; a área foi reduzida mais uma vez. A pressão em uma categoria mais protetora sempre foi muito grande na região. A pressão pela ocupação da área é histórica. Por isso, devemos ter, repito, um bom instrumento de gestão para pensar o território.

Também quero ressaltar que o Parque, como uma área presente na APA, teve seu limite ampliado em 2001, mas foi reduzido novamente. Então, nós tivemos três reduções de limites. Essa área é considerada como Sítio do Patrimônio Mundial



Natural. Pouquíssimos lugares do Planeta têm esse título, que é cedido pela UNESCO como reconhecimento mundial da nossa importância ecológica.

Esse título está ameaçado pelo grau de ameaça da Chapada dos Veadeiros. Então, devemos tentar minimamente restabelecer os limites originais do Parque Nacional, não necessariamente no mesmo local. Precisamos estabelecer outras áreas de características mais protetoras como Parque Nacional. (*Palmas.*) Nós precisamos ampliar o Parque Nacional e ter uma gestão integrada com o Estado, que vemos hoje como aliado, porque tem em mãos um território superimportante, que é essa APA.

Aqui, nós colocamos diversas recomendações enquanto Conselheiros do Instituto Chico Mendes e tentamos contextualizar o zoneamento proposto pelo Estado. Essa foi uma das propostas que nós fizemos ao Estado, a de tentar melhorar o zoneamento. Aqui, em verde claro, estão hoje as áreas mais restritivas, ou menos permissivas, comparando com essas outras que estou mostrando. Podemos estimar mais ou menos 400 mil hectares na Zona 1 e 400 mil hectares na Zona 2, num chute; é mais ou menos meio a meio. Com um zoneamento, como a Lilian falou, tão simplificado, com apenas duas zonas, é complicado olharmos esse território de forma diferenciada, como mostrei nos mapas.

Então, nós temos regiões muito consolidadas e temos outras que não são tão consolidadas e que merecem uma atenção especial. Nossa proposta, enquanto Instituto Chico Mendes, foi a de melhorar esse zoneamento e tentar prever mais zonas, avaliando, de fato, tecnicamente as especificidades desse território. Isso é possível fazer, ter mais zonas. E alguns locais já poderiam estar previstos como Zona 1, que é mais restrita, principalmente utilizando como referência as zonas de amortecimento do Parque Nacional, estabelecidas no plano de manejo.

O plano de manejo do Parque Nacional, que estamos discutindo aqui hoje, tem quase 900 páginas. Se nós temos um documento técnico de 900 páginas dizendo qual área é importante para essas zonas de amortecimento, eu acho que isso é o mínimo que uma área que está em nosso entorno deve seguir.

Só para todos visualizarem, essa é a nossa zona de amortecimento. Então, o que a diferencia bem da outra área é principalmente esse trecho que está todo na APA hoje como uma área bem consolidada, de Zona 2, com o que não



concordamos, porque ele deve ser mais restritivo. Realmente, essa é uma área, como eu falei, que está crescendo. Está começando agora a ocupação, a consolidação. A soja chegou no ano passado.

Aqui, vemos algumas áreas que seriam mais de correção em relação à região do Rio dos Couros, à região de Almécegas, enfim, alguns detalhes que não valem a pena entrarmos agora na apresentação.

De forma geral, eu considero que nós temos uma equipe competente no Estado para fazer esse estudo. Realmente, acredito que eles estejam vendo, tecnicamente, isso. Só que qualquer discussão técnica hoje, no âmbito do Conselho atualmente constituído, deixa de ser técnica. Então, nós temos que batalhar por ser uma discussão, do início ao fim, técnica.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradeço a exposição da Dirigente do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que tem uma influência, também, na APA.

Quero registrar as presenças do Deputado Sarney Filho e do Deputado Mauro Pereira.

Passo a palavra ao Sr. Marcus Saboya, Conselheiro da APA de Pouso Alto.

O SR. MARCUS SABOYA - Bom dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Augusto Carvalho pela iniciativa e pela oportunidade de nós discutirmos isso aqui, na Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de aproveitar e agradecer, também, o apoio que o Deputado Sarney Filho nos tem dado nessa campanha, abrindo diversas portas para que nós possamos alcançar uma alçada mais alta e tirar o tema da questão regional.

Nós falamos da APA do Pouso Alto, Chapada dos Veadeiros, mas, na realidade, nós estamos tratando das águas nacionais. Nós estamos tratando de uma zona *core*, de uma das zonas *core* do Cerrado, de uma das áreas de maior extensão contígua de Cerrado, que abriga raríssimas pequenas partes do Cerrado de altitude.

Até um tempo antes do Código Florestal do Estado de Goiás, inclusive, essas áreas eram protegidas pela legislação, pois eram consideradas Áreas de Preservação Permanentes — APPs acima de 1.220 metros. A bancada ruralista conseguiu derrubar essa lei. Hoje o Cerrado de altitude não tem nenhuma proteção,



porque a legislação nacional determina que esse bioma esteja acima de 1.800 metros, e o nosso ponto mais alto está a 1.670 metros. Ou seja, nós não temos Cerrado de altitude, não temos proteção dessas áreas de altitude.

Como já anunciado pelo respeitado Prof. Altair Sales, o Cerrado está com a sua extinção iminente. Ele provoca, inclusive, dizendo que o Cerrado já estaria extinto. Nós discordamos dessa sentença e acreditamos que nós ainda conseguiremos salvar o Cerrado. Esse bioma é responsável, em média, por 75% da vazão das principais bacias do País, se não me falha a memória, por 93% da Bacia do São Francisco, por 78% da Bacia Tocantins-Araguaia e pouco mais de 60% da Bacia do Paraná.

Se nós não conseguimos salvar o berço das águas abrigado neste Cerrado de altitude, totalmente, desprotegido, ou a caixa d'água, como alguns colocam — eu prefiro berço das águas, que é um pouco mais romântico, mas é onde nascem as águas, é onde nasce a vida no Cerrado —, se nós não conseguirmos salvar, manter essas áreas, essas zonas *core*, então, realmente, eu concordo com o pessoal que está aí: o Cerrado está extinto.

Isso compromete, inclusive, a linguagem muito bem entendida aqui no nosso Congresso Nacional, que é o Produto Interno Bruto. Se nós comprometermos as águas nacionais, os Estados que estão abaixo, nós diminuiremos a produção agrícola. Nós, com certeza, vamos ter o PIB afetado.

Então, a principal oportunidade que eu vejo hoje aqui é tirarmos a regionalidade dessa questão. Esse é um problema nacional que está entregue ao Estado de Goiás, que não tem a capacidade de fazer a gestão desse território. (*Palmas.*)

Como colocou muito bem a Carla, nós precisamos de uma gestão integrada. Nós precisamos de um esforço — Federação, Estado, Município, sociedade civil —, para conseguir fazer uma gestão adequada de uma região tão importante e imprescindível para o nosso País. Na verdade, a região é um mosaico de áreas protegidas. Nós não temos apenas um Parque Nacional, são 22 RPPNs — Reservas Particulares do Patrimônio Natural e um parque na iminência de ser mais um, o Parque Estadual de Terra Ronca. Então, nós temos vários parques municipais.



Nós temos um mosaico de áreas protegidas, de acordo com o previsto na legislação, inclusive, com a Lei do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidades Conservação. O SNUC determina que, quando houver várias áreas protegidas, unidades de conservação ou áreas protegidas próximas, sobrepostas ou interligadas, a gestão deve ser integrada. Ele não fala que pode. A lei falava que deve ser integrado. Só que, para isso, há necessidade do reconhecimento do Ministério do Meio Ambiente desse mosaico. Nós já somos um mosaico de fato, mas não o somos de direito.

Junto a este mosaico de áreas protegidas, com uma gestão integrada e participativa, nós imaginamos um desenvolvimento territorial diferenciado. Nós já temos exemplo de que esse modelo vai levar o Cerrado à extinção. Nós acompanhamos, nesses 12 anos, como a Carla mostrou, um pequeno avanço dentro dessa área tão importante.

Nós temos títulos de todos os tipos. Títulos internacionais, nacionais, estaduais, de tudo que é tipo. Nós temos o título de Reserva da Biosfera do Cerrado Fase II. Nós somos *hotspot* de biodiversidade mundial. E existem apenas 32 *hotspots* no mundo, que são áreas de suma importância biológica, de diversidade biológica e que estão altamente ameaçadas. Nós somos esse mosaico. Nós somos uma Área de Proteção Ambiental. O parque foi criado com uma área maior, então, tudo mostra a importância da conservação da biodiversidade da vida nessa região.

Eu fiz anotação aqui com relação a áreas consolidadas. Há uma corrida na região para tentar colocar áreas como consolidadas, ou seja, um fato consumado. Nós estamos presenciando, nestes últimos meses, a um avanço do desmatamento. Estou falando isso porque há um decreto, uma normativa — eu não sei — do Estado de Goiás que determina que o desmatamento máximo, enquanto não houver o plano de manejo da APA aprovado, seja de 30 hectares. Nós temos presenciado mil, 2 mil hectares de desmatamento.

Há um fato muito grave que é a conversão do pasto em campo de soja. Para fazer a conversão, não se precisa de licença ambiental. Só que o pasto terá no meio pequizeiros, várias árvores; muitos pastos são sombreados. Quando se faz essa conversão sem nenhuma licença, passa o trator por cima e arrasta tudo. Muitas



vezes, vão até veredas junto. Então, essa corrida representa uma ameaça muito grande, porque estão correndo para desmatar, para ter o fato consumado.

Isso leva à situação indesejável de não se ter o nosso plano de manejo aprovado. Uma vez que esse plano de manejo esteja aprovado, tem-se o zoneamento e o que pode e o que não pode ser feito em determinadas zonas. Há uma regulação.

Sobre esse plano de manejo proposto, eu acho que cabe voltar um pouco. A APA foi criada em 2001. E, em 2005, foi apresentado um plano de manejo por uma empresa contratada pela SEMARH. Só que houve uma ação judicial contra a APA, e houve a paralisação desse processo. Ele foi retomado em 2014. Foi feita uma licitação, e a CTE, a empresa que ganhou concorrência, apresentou, em setembro 2014, uma primeira versão desse plano de manejo. Esse plano desagradou a gregos e a troianos. Até aí tudo bem — não é? — porque não estava comprometido com nenhum dos dois lados. Aí foi dado um tempo para que fossem trabalhadas as modificações.

Em dezembro, por ocasião da apresentação do novo plano, foi apresentado um plano comprometido com os interesses da agricultura industrial, o que provocou uma mobilização da sociedade. No dia 25 de fevereiro, houve uma manifestação muito grande e impediu-se a votação desse plano, que seria aprovado. E por que seria aprovado? Essa é uma outra questão importante de se colocar aqui.

Se o meu tempo estiver se esgotando, eu gostaria de ser avisado.

O decreto estadual que criou o Conselho não atende à legislação federal. O Decreto nº 4.340, de 2002, que regulamenta o SNUC, determina muito bem como devem ser os Conselhos das Unidades de Conservação.

Quando trata das APAs, ele diz que tem que ter o Conselho Consultivo; que tem que ter representatividade; que, quando houver comunidades tradicionais, tem de haver representação delas; que tem que ter participação da comunidade científica; que tem que ter participação dos setores econômicos; que tem que ter representação da comunidade. No entanto, o decreto estadual sobre o nosso Conselho não contempla essas exigências.

Vejam bem, por alguns momentos, eu tentei discutir, até mesmo dentro do Ministério do Meio Ambiente, porque há uma pegadinha na lei, que diz: “o Conselho



deverá contemplar, quando couber". Esse "quando couber" está sendo interpretado que seja de acordo com a vontade do órgão executor. Então, quando fala "*tem que ter representação da comunidade quilombola*", esse "quando couber" é quando tiver comunidade quilombola, e não quando o Governador achar que tem que ter representação. É quando tiver essa comunidade. (*Palmas.*)

A legislação também determina que, quando houver área federal, território federal, a entidade que representa esse território tem que fazer parte do planejamento e da gestão desse território, tem que compor o Conselho também. Entretanto, nós temos a Fundação Palmares, que é responsável pela área dos calungas, mas não tem assento no Conselho; o INCRA, que é responsável pelas terras dos assentamentos, também não tem assento; a comunidade científica não tem assento; e o Centro UnB Cerrado, estabelecido na região, também não tem assento.

A realidade, traduzindo diretamente, é que nós temos um Conselho que prevê 30 cadeiras. Dessas 30 cadeiras, 20 estão ocupadas. Dessas 20 cadeiras, 15 estão direta e completamente comprometidas com os interesses da agricultura industrial. As outras cinco têm duas entidades realmente ambientalistas que são: a RIV — Rede de Integração Verde, a ONG que represento; e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nós temos mais três votos que geralmente se alinham com os interesses do meio ambiente que são os votos: da Secretaria de Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás; da Câmara de Alto Paraíso, representada pelo Vereador Eduardo Estellita; e da Secretaria Estadual de Cultura, representada pelo Fernando Lana, o qual, quando geralmente não contraria interesses particulares do Estado, em relação aos quais tenha que se abster, ele se alinha com a gente. Ou seja, é uma votação sem chance, completamente assimétrica.

O que colocamos aqui? Algumas temeridades — que serão apresentadas posteriormente por este plano e que estão sendo repensadas — fizeram com que, no dia 25, essa manifestação da sociedade civil paralisasse o processo de votação e com que a SECIMA, antiga Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Goiás, que se fundiu com Infraestrutura e Cidades — o que me parece um pouco colocar a raposa para cuidar das galinhas, mas tudo bem —, parasse e colhesse novas



contribuições para a modificação desse plano de manejo que trazia algumas propostas esdrúxulas.

Então, várias entidades contribuíram para isso, inclusive a comunidade científica. O Prof. Reuber participou bastante, assim como algumas entidades da sociedade civil, como a academia, o Instituto Mais Cerrado, só que de nada adianta trazermos uma proposta de modificação para ser votada por um Conselho que está comprometido completamente com apenas um interesse de um segmento da sociedade.

Portanto, nós realmente queremos uma revisão desse Conselho. Nós queremos que esse Conselho atenda à legislação federal. (*Palmas.*) Nós não queremos um conselho de ambientalistas, nós queremos um conselho plural, com representatividade, com legitimidade, porque esse Conselho realmente não tem legitimidade.

Eu vou tentar colocar aqui rapidamente algumas aberrações apresentadas pelo plano de manejo. Nós temos desmatamento. Ele prevê desmatamento na zona de maior sensibilidade até 100 hectares. Hoje só é permitido desmatar até 30 hectares. Mas o plano propõe até 100 hectares, nas áreas mais sensíveis — observem —, sem estudo nenhum. É uma licença sem nenhum estudo. Diz de 100 a 350 hectares nas áreas de maior sensibilidade, com inventário florestal. Acima de 350 hectares — quer dizer, não tem limite o desmatamento nas áreas de maior sensibilidade — é contratado um EIA-RIMA. Eu falo que é contratado porque, quem é da área, sabe que os EIA-RIMAs são realmente contratados para darem o resultado que o contratante quer. Nas demais áreas, demanda-se respeitar o Código Florestal do Estado de Goiás, embora já tenhamos o exemplo do que aconteceu entre Brasília e Alto Paraíso de Goiás, que deveria ser o Corredor Paranã-Pirineus, mas se transformou no corredor da soja. Então, já vimos esse filme.

Outro ponto: pulverização aérea em toda APA. Pelo amor de Deus, nós estamos tratando de nascentes, do berço das águas. Essa questão, colocada muito bem pela Lilian, da Zona I e da Zona II, isso é uma zona *buffer*, é uma zona de amortecimento.

Nós chegamos a situações tais em que no Rio dos Couros, uma área supersensível, inclusive como resultado de um estudo do ICMBio, da pesquisadora



Simone Ranieri, uma das áreas de maior interesse para a biodiversidade até mesmo maior do que o próprio parque, a margem direita é destinada à preservação, já, na margem esquerda, pode-se passar com aviãozinho pulverizando. São coisas realmente absurdas.

O maior platô, inclusive, é uma zona de conflito porque é uma área já consolidada, mas de extrema importância biológica, área de recarga. Essa área precisa ser estudada como uma zona de conflito e de interesse para a biodiversidade. Inclusive sugiro que seja considerado um estudo de ampliação do parque. Embaixo, na jusante, nós temos a RPPN Santuário das Pedras, a RPPN Tocantinzinho e, mais próxima, a RPPN Fazenda Brancas. Em cima, na montante, nesse platô imprescindível à biodiversidade, o avião pode passar pulverizando em cima das nascentes.

Então, não tem como nós mantermos duas zonas de utilização, até mesmo porque a zona de *buffer*, a zona de amortecimento vai continuar existindo, só que ela vai passar para dentro da zona de preservação, porque o efeito borda não tem como ser eliminado.

A questão do fogo é tratada de forma equivocada, é colocada como fogo zero. No cerrado nós temos o manejo do fogo, e não fogo zero. O fogo faz parte do ecossistema.

Eu poderia realmente resumir, reforçando que nós não estamos tratando de uma questão regional, nós estamos tratando de uma questão que eu considero, na minha ignorância, de segurança nacional. (*Palmas.*)

Peço a esta Casa que nos ajude, que os Deputados sensíveis, os que fazem parte desta luta nos ajudem, que olhem por nós, porque estamos perdendo essa luta — e perdendo feio!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a exposição do Conselheiro Marcus Saboya.

Registro a presença do Deputado Edmilson Rodrigues, do Pará; do Deputado Rodrigo Martins, do Piauí, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente; e do Prof. Sérgio Colaço, Diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, aqui também presente.



Passo a palavra ao Sr. Fernando Ambrósio Trindade, membro da Cooperativa de Agricultura Familiar.

O SR. FERNANDO AMBRÓSIO TRINDADE - Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, trazendo a representação dos agricultores familiares da Chapada dos Veadeiros, região que conheço desde que nasci. Continuo agricultor familiar até hoje e moro na região da Chapada dos Veadeiros há 28 anos.

Temos uma relação ali com vários agricultores. Criamos uma cooperativa para tentar amenizar o problema do agricultor familiar, do pequeno agricultor que tem várias dificuldades, algumas já relatadas, por causa do agronegócio, da agricultura industrial.

Vamos falar um pouquinho sobre isso. A cooperativa trabalha com 306 famílias nesses cinco Municípios da APA da Chapada dos Veadeiros. Cadastramos 2 mil agricultores que ocupam essas áreas nessa região. A região toda tem em torno de 5 mil agricultores familiares. Identificamos 2 mil com a DAP, aquele documento que identifica o agricultor. São famílias que produzem pelo menos para sua sobrevivência.

Nós trabalhamos bem mais com a parte da comercialização desses agricultores. Nós participamos dos dois programas federais existentes: o PAA — Programa de Aquisição de Alimentos, administrado pela CONAB, e o PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é do FNDE.

Nesses 2 últimos anos, a produção comercializada desses agricultores variou entre 2 a 2,5 milhões, que é o que nós colocamos na merenda escolar. Só para vocês terem uma ideia, há uma variedade em torno de 63 produtos que são entregues na merenda.

Uma escola estadual, com 400 alunos, recebe do Governo Federal em torno de 1.800 reais por mês para a merenda. Isso não dá para nada. Essa mesma escola chega a receber desses agricultores até 21 mil reais por mês da produção do agricultor familiar. São hortaliças, legumes, mandioca, panificados, bolos, doces, farinha, feijão, frutas, tudo coisa fresca. A maioria dessa produção é orgânica.
(Palmas.)



Nós estamos colocando isso para dizer que, na entrevista que fazemos com as famílias, há uma única queixa dos agricultores: a dificuldade para se manter na produção orgânica, de se livrar do agrotóxico. É uma dificuldade imensa. Por quê? Porque as fazendas maiores que trabalham com agricultura industrial, com monocultura, elas têm que usar o agrotóxico senão não conseguem produzir, não têm viabilidade. Só que a praga dessas lavouras, onde se pulveriza o agrotóxico, migra para as lavouras orgânicas e não tem nada que as detenha. Então, quando o agricultor vai produzir o feijão, ele não consegue mais. Aí ele tem que produzir em outra época, só que o próprio agronegócio facilitou a criação de uma legislação que resulta na seguinte situação: por exemplo, a soja plantada em dezembro é colhida entre abril e maio; nesse período, o pequeno agricultor que não joga agrotóxico não consegue produzir, porque senão ele é atacado por essas pragas. Então ele tenta plantar em junho e julho. Só que se criou uma legislação que proíbe o plantio nesse período porque é o vazio sanitário. Então não se pode plantar nenhuma cultura da família da soja — e aí entra o caso do feijão, que é uma cultura tradicional do agricultor familiar. Ele não pode nem passar para o outro período do ano.

Então o que ele faz? Ele deixa de plantar. E assim vai acontecendo com diversas atividades. Na fruticultura, ocorre o ataque de pragas que não ocorria. Eu estou ali há 28 anos. Quando eu cheguei à região, havia 10 hectares de soja de Brasília até Alto Paraíso, há 28 anos. Hoje eu acredito que passe de 1 milhão de hectares, daqui a Alto Paraíso.

Então, há um desequilíbrio muito grande. E esse agricultor familiar é pressionado de diversas formas. O que ele tenta fazer, para que a sua pequena produção possa ter mais valor, já que ele não consegue ter uma produção grande? Ele tem que agregar valor à sua produção, então ele precisa processar o alimento. Na hora de processar, ele tem uma dificuldade imensa com a legislação porque, para processar, precisa ser em um ambiente licenciado. E, para licenciar uma cozinha rural que dê para processar alguma coisa, fazer uma polpa de fruta, por exemplo, descascar uma mandioca, ele entra numa legislação que não consegue atender. A construção exigida é cara, ele não consegue fazer.

Então, o que ele faz? Ele migra para uma atividade possível, a que ele consegue fazer, que é a pecuária, como a que vocês viram ali no mapa. Vocês vão



ver que, na região, o que mais existe é pecuária. E é uma pecuária sem técnica, porque não ele não tem recurso para gastar.

Ele vai trabalhar de que forma? No início das águas, no último mês da seca, ele faz a queimada para ter capim novo para o gado pastar. Com isso, esse capim não consegue crescer o suficiente para cobrir o solo até virem as primeiras chuvas, que geralmente são fortes. Essa chuva causa uma compactação muito grande na área, formando erosão, assoreando os rios. Com a compactação dos solos, não há água permanente no solo, porque ela vai de uma vez para os rios. Então, isso traz um problema, sem o agricultor querer, não é da vontade dele. O agricultor não quer isso, mas ele tem que sobreviver. São muitas famílias naquela região que dependem disso para sua sobrevivência. Então nós temos uma preocupação muito grande.

Esse agricultor já está lá, não há jeito de tirar esse agricultor dali. Ele tem uma tradição, porque ele foi forçado a ir para esse rumo da sua cultura. E ele não consegue mudar sem ter ajuda. Então o que nós percebemos? Esse agricultor, além da orientação para mudar a sua cultura, precisa ter primeiramente o impedimento da expansão desse tipo de agricultura tão predatória para a região. Não há como trabalhar junto. Então pelo menos a expansão tem que ser contida ou ser bem restrita, e não como está proposto ainda no plano.

Outra questão que nós vemos também com preocupação é que esse agricultor, especificamente o agricultor familiar, não está bem representado ou nem mesmo está representado no Conselho, que seria o espaço que ele teria para estar pelo menos colocando os seus problemas, para fazer parte da discussão. Então seria importante repensar essa constituição. Nós reforçamos isso, já foi falado, seria importante ter alguém da agricultura familiar. Precisa ser uma instituição que seja reconhecida como representante da agricultura familiar. O documento que habilita isso é uma Declaração de Aptidão ao PRONAF — DAP jurídica. Então a instituição precisa estar habilitada, representar o agricultor familiar para que ele tenha voz no Conselho, para que ele seja ouvido.

O outro detalhe é o seguinte: é preciso pensar numa forma de, além de conscientizar esse agricultor familiar, ele ser compensado pela prestação de serviços ambientais. (*Palmas.*)



Ele vai cercar uma área para proteger, e há lá um começo de floresta, uma vereda que precisa ser cercada e aceirada para não queimar. Algumas propriedades não têm cerca. Então, sem cerca, o gado do vizinho entra na sua área. Esse agricultor vai ter que fazer a cerca e o aceiro para os fogos não queimarem a cerca, e isso tem um custo. Só que, se ele conseguir proteger a área, vai haver diminuição do impacto da terra, ele vai poder mudar de atividade, vai haver um equilíbrio ecológico, toda fauna e flora, com certeza, vão melhorar, haverá o aumento da água. E ele tem que receber alguma coisa por isso, porque ele não consegue fazer isso sozinho. É preciso levar para aquela região esse pagamento, já que é uma região importante para a preservação, e todos estão sensibilizados com isso. Eu sei que já acontece em alguns Estados esse tipo de pagamento pelos serviços ambientais prestados.

Uma forma de fazer isso que nós sugerimos — e aí eu aproveito os legisladores que estão aqui — é colocar a captação para um fundo do meio ambiente, através da conta de energia elétrica. Por quê? Porque toda a sociedade vai poder contribuir.

Se colocamos um centavo no seu valor — eu estou chutando um centavo por quilowatt consumido —, quem consome mais vai pagar mais um pouquinho, vai ajudar, vai colaborar mais um pouquinho. Se é o agronegócio que está lá consumindo com maquinários, bombas e todo o seu trabalho de manutenção, que gasta energia, ele também vai contribuir. Então todos vão contribuir. O cidadão que está aqui na cidade, que vai lá visitar, desfrutar das belezas de lá, uma maravilha, vai contribuir de alguma forma quando pagar a sua conta de luz. Então, jeito tem, é preciso pensar, fazer um projeto, aprovar uma lei e criar o fundo, que é uma forma de captar.

Outro detalhe que nós achamos importante também é que esse Conselho não fique só na sala, não fique só no escritório. Ele tem que ir a campo conhecer a realidade dessas famílias, das pessoas que vivem ali, porque quem vai proteger, de fato, não são as leis, são as pessoas: tanto o visitante quanto, principalmente, quem mora lá. (*Palmas.*)

Então o agricultor que está lá naquela região tem que ter a consciência, tem que ter a parceria, tem que saber que ele está fazendo isso para ele, mas também



está fazendo para todos. E ele tem que ter esse respaldo de que vai conseguir sobreviver ali, ter uma vida feliz e manter os seus filhos ali. O que está acontecendo hoje? O agricultor está ali, mas os filhos estão na cidade estudando e vão ficar pela cidade, não vão voltar para lá. Está havendo também esse êxodo, é fácil perceber isso. Então é preciso criar formas de as pessoas viverem ali com perspectivas de um futuro melhor. Enquanto ele estiver sofrendo todas essas pressões da legislação — na hora de comercializar, na hora de produzir, na dificuldade para produzir —, ele não conseguirá ficar ali.

Então é isso que nós queríamos passar para os companheiros. Agradecemos a oportunidade e podemos responder mais alguma coisa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a contribuição do Fernando Ambrósio, representando os agricultores familiares.

E agora vamos passar a palavra ao plenário: inicialmente, aos Parlamentares presentes e, em seguida, aos inscritos aqui já ordenados pela Mesa.

Registro também a presença do Deputado Daniel Coelho, do PSDB de Pernambuco.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Tripoli, do PSDB de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Bom dia a todos, ao Presidente Átila Lira, ao Deputado Augusto Carvalho, proponente desta sessão, a todos os palestrantes e àqueles que estão presentes hoje a este evento — boa parte deles, eu estou vendo aqui, nos acompanharam na discussão do Código Florestal e sabem da dificuldade que nós tivemos no entendimento entre as partes.

Eu queria rapidamente dar alguns exemplos de coisas positivas que têm ocorrido aqui no Congresso, porque as negativas todos nós já as conhecemos.

Outro dia, eu participava de uma reunião sobre a questão da demarcação das terras indígenas, que é um grande dilema aqui no Congresso Nacional. Existe um grupo de Parlamentares que quer trazer essa questão para dentro do Congresso, para que, através de legislação, faça-se a demarcação. E há outro grupo, ao qual eu pertenço, que entende que não, que o órgão, obviamente, deve ser a Fundação Nacional do Índio — FUNAI.

Na outra gestão, o Presidente designou uma pequena comissão, da qual eu participei, para ir ao Mato Grosso do Sul, e a impressão que eu tive — nós éramos



seis Deputados e dois Senadores para fazer essa intermediação — foi a de que nós estávamos num local de guerra.

Quando nós chegamos ao aeroporto, a Polícia Federal escoltou a comitiva da Câmara Federal e do Senado, com armamento pesado, porque, segundo as informações, havia um conflito de proporções enormes, e nós não tínhamos a mínima chance de progredir naquela conversa.

Primeiro, fomos aos índios. Diziam, lá no Mato Grosso do Sul, que aquele local era um antigo cemitério indígena que os brancos haviam adquirido — os tataravós, avós, bisavós — há 70, 80 anos.

Muito bem. Depois dessa reunião com os índios, nós fomos falar com o agricultor que se dizia proprietário de uma fazenda que incorporava um certo trecho, que, ao nosso ver, não era um trecho nada grande, era pequeno, e ele dizia: *“Olha, eu não tenho nenhum problema. Isto aqui o meu avô adquiriu, passou para o meu pai, e eu estou com o meu irmão aqui. Nós somos do Rio Grande do Sul e, se a União nos indenizar, nós entregamos, porque a área que eles querem não é uma área muito grande”*. E nós perguntamos, naquela época, qual seria o valor daquela área, porque as informações que vinham é de que eram coisas realmente estapafúrdias. E o empreendedor disse: *“Olha, a União me indenizando com 150 mil, eu entrego essa área aos índios. Eu me dou bem com eles, eu não tenho nenhuma dificuldade”*. E aí nós começamos a perceber que existiam forças que empurravam para que esses conflitos nunca chegassem a uma conclusão.

Eu havia dito outro dia, numa reunião — porque no Xingu não era diferente; na Festa do Kuarup, em que eu estive, eu percebi que as partes não sentam para fazer uma negociação, uma intermediação —, que eu entendia que o Congresso era exatamente esse campo de negociação, onde nós poderíamos trazer as partes e buscar uma solução, um acordo que fosse plausível e que atendesse aos interesses, antes que os interesses de ambas as partes se diluíssem, porque se nós ficarmos num conflito *ad aeternum*, nós não vamos conseguir, obviamente, atingir um objetivo.

E a desproporção das participações — realmente, o senhor tem razão — é enorme, haja vista que nós tínhamos, na Frente Parlamentar Ambientalista, cerca de 300 Deputados e, na votação do Código Florestal, nós não tivemos mais que 60



votos, o que demonstrou, realmente, que havia uma desproporção enorme de visão e de conteúdo.

É fundamental que os senhores, que detêm essa cultura ambiental, essa preocupação ambiental, comecem a trabalhar com os Parlamentares no sentido de instruir, de informar, de passar essa cultura para eles, para que nós possamos, obviamente, ter um número enorme de Parlamentares aqui que consigam entender e ter a mesma visão que os senhores têm. *(Palmas.)*

Às vezes, isso me chama a atenção. O que ocorre? É muito comum: *“Ah! esse sujeito é atrasado, retrógrado, ultrapassado”*. Isso é muito comum. Mas, às vezes, é falta de conversar com o Parlamentar e explicar para ele, no seu Estado, qual é a dimensão, qual é o problema, qual é a forma, o que ocorre em tomadas de medidas como essas que foram colocadas aqui e qual será o impacto disso na nossa sociedade, nas nossas regiões, nos nossos biomas.

Eu discutia, em relação ao Código Florestal, com um Deputado, e ele não conseguia entender o porquê da nossa posição. Aí eu fui buscar a questão dos animais, para tentar explicar para ele. Ele dizia: *“Eu não entendo como vocês não querem trocar um pequeno bioma, no Estado de Minas Gerais, por um bioma dez vezes maior no Estado do Pará”*. Eu disse: *“Olha, eu vou te dar uma resposta rápida. Esse pequeno bioma no Estado de Minas Gerais provavelmente tem lá animais silvestres. Como se informa aos animais silvestres que eles serão transportados para um bioma maior, que eles terão a mesma alimentação num bioma maior, que eles terão a sequência da cadeia de vivência num bioma maior? Não é a questão do bioma maior. Cada um desses fragmentos de biomas que existem no Brasil tem um grau de importância, seja ele menor, seja ele maior”*. E ele passou a entender exatamente o que eu estava querendo dizer a ele.

Então, eu queria agradecer muito a gentileza da possibilidade da minha participação, agradecer a presença de todos e dizer que os senhores têm um papel fundamental e importante aqui no Parlamento. Não é um convencimento e pura e simplesmente dizer: *“Eles mudaram de lado”*. Não. É demonstrar, com naturalidade, aquilo a que os senhores assistem, aquilo que os senhores veem e aquilo que os senhores escutam, para que os nossos Parlamentares possam entender a dimensão



do que é salvaguardar florestas, biomas, o berço da diversidade do planeta, que os senhores tão bem têm cuidado e tratado no nosso Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Átila Lira) - Vamos ouvir agora o Prefeito de Alto Paraíso de Goiás (*Palmas*). Em seguida, há uma lista de pessoas inscritas.

Registro a presença do Deputado Federal Jony Marcos. Vou passar a direção dos trabalhos ao proponente, Deputado Augusto Carvalho. Acho que só faltou neste debate um representante do Governo do Estado de Goiás, mas esta Comissão vai se articular para inteirá-lo de tudo o que foi discutido aqui, porque a solução passa, necessariamente, pela interlocução com o Governo de Goiás, que é o responsável hoje pela política estadual do zoneamento ecológico-econômico. Com a descentralização, temos que fazer essa função integradora.

Portanto, muito obrigado aos senhores. Passo a direção dos trabalhos ao Deputado Augusto Carvalho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Com a palavra o Prefeito Álan Gonçalves Barbosa.

O SR. ÁLAN GONÇALVES BARBOSA - Bom dia a todos e a todas. Meus cumprimentos ao Deputado Átila, que se retirou neste momento. Cumprimento também todos os componentes da Mesa e, em especial, o faço no nome do Deputado Augusto Carvalho, proponente desta audiência. Até coloco como bem pertinente o envolvimento, a participação e a iniciativa do Deputado Augusto Carvalho nesse processo.

Nós somos da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás, que tem uma influência enorme do Distrito Federal, tanto que somos considerados uma região de influência do Distrito Federal. Em Alto Paraíso de Goiás, nossa principal atividade econômica é o turismo. Temos como foco principal os moradores do Distrito Federal.

O turismo se faz por proximidade. E sabemos que, prioritariamente, o nosso público-alvo é o do Distrito Federal.

Ainda aproveito a oportunidade, Deputado Augusto, para colocar diante do senhor e dos Parlamentares presentes a necessidade de, em breve, ser votada aqui nesta Casa a inclusão de Alto Paraíso de Goiás, como de outros Municípios da Chapada dos Veadeiros, na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito



Federal e Entorno — RIDE, o que nos permitirá ter muito mais respaldo e apoio por parte do Governo do Distrito Federal para a nossa região (*palmas*). Eu sei que está para ser levada a Plenário para ser votada esta inclusão de Alto Paraíso na RIDE, o que vai significar muito para nós.

A nossa questão da APA do Pouso Alto é bem interessante, e quero ser breve, porque eu sei que já foi dito que o prazo é curto e muita gente quer se manifestar também.

Já tivemos manifestações superqualificadas da nossa Diretora do Parque, a Carla; do Saboya; do Fernando, e mesmo da representante do ICMBio. Eu falei dos três, principalmente, porque estão lá na Chapada, estão vivendo a nossa realidade. Isso mostra que a discussão desse assunto tem tido qualificação. Não tem tido quantidade, não tem tido a condição de ter uma maioria para fazer prevalecer muito de suas colocações, de suas teses, mas tem tido qualidade naquilo que é apresentado.

E o Município de Alto Paraíso tem se aliado muito àquilo que o parque tem colocado sobre a ampliação da área: a questão de ter um cuidado maior com aquilo que nós temos na região da Chapada dos Veadeiros. O Município de Alto Paraíso tem dado espaço à discussão e apoiado muito as ações e palavras que as representações ambientais têm no Município e que os demais representantes também têm. O nosso Secretário, representante no Conselho da APA, tem tido um posicionamento até diferenciado, com respeito aos demais, e nós temos uma preocupação muito grande, porque também engrossamos a discussão sobre uma melhoria da qualificação da composição do Conselho da APA do Pouso Alto.

Essa é uma das primeiras questões.

Além do que foi colocado sobre representações de segmentos que deveriam estar presentes, eu ainda trago mais um ponto: a APA do Pouso Alto não engloba territorialmente os seis Municípios de forma igual. Quanto ao Município de São João d'Aliança, por exemplo, só um pedacinho dele, 8%, é pego; mas o Município de Alto Paraíso é integralmente englobado pela área da APA do Pouso Alto. Ou seja, o que se decide ali é determinante para a história de todo o Município de Alto Paraíso, e não para um pedacinho dele. Apesar disso, infelizmente, na composição desse Conselho, São João e Alto Paraíso têm o mesmo número de componentes, têm a



mesma representação. Essa representação deveria ser criteriosa também para que houvesse maior representação dos moradores da maior área envolvida, como é o caso do Município de Alto Paraíso. (*Palmas.*)

Entendemos também que os principais conflitos apresentados aqui, que precisam de muito cuidado mesmo, como a questão das Pequenas Centrais Hidrelétricas — PCHs nessa nossa área, têm que se tratadas muito mais com foco nas tecnologias de energias alternativas, como a energia solar, a energia eólica. Temos tido discussões sobre pulverização aérea. É fundamental que, para tratar de qualquer questão, não se abra mão da preservação dos nossos mananciais e da saúde pública da população que ali vive. É fundamental que seja assim considerado.

E temos outras questões, como a dos transgênicos, que já teríamos um ganho em definição para tirarmos de algumas áreas, mas entendemos que essa discussão vai ser efetiva no Congresso Nacional. Lá nós conseguimos alguns movimentos, mas não sobre essa definição. Infelizmente, escutamos do Deputado sobre derrotas nessa área, nessa questão. Mas sabemos que nossos representantes aqui vão poder fazer valer aquilo que se deseja realizar, em termos de banir transgênicos de uma determinada área do território nacional. (*Palmas.*)

Por fim, eu entendo que, quando da composição de uma APA... E eu posso dizer com propriedade, porque participo desse processo desde o início. Desde 2001 tenho envolvimento nessa discussão: fui Secretário de Meio Ambiente de Alto Paraíso, à época, o que me levou a buscar estudos; vim ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, fiz um mestrado falando sobre as questões que nós temos lá, sobre as estratégias de conservação da biodiversidade da Chapada e colocando bem claros desde aquela época os conflitos e as oportunidades que nos são oferecidos e como mediar esses conflitos, para não perder as oportunidades que nós temos.

Então, este é um assunto muito antigo que tem sido discutido, e há os vai e vens. O que eu entendo hoje? Que temos que ter a sabedoria de abocanhar alguns ganhos que nos estão sendo oferecidos e entender que a discussão atual não é uma discussão final. Ela tem que ser continuada, e nós temos que continuar a ter mais ganhos naquilo que buscamos de preservação da nossa região da Chapada dos Veadeiros.



Sei que o histórico disso é até muito bonito, mas temos que lembrar sempre — a Carla já falou, o Saboia também — que o parque era enorme e foi reduzido. Quando nós tivemos, graças a Deus, no Estado de Goiás, o Marcelo Safra envolvido na área ambiental, tivemos um trabalho para criação da APA do Pouso Alto, que era quase um resgate da área anterior do Parque Nacional e é a zona de amortecimento, de certa forma, da zona-núcleo do Parque Nacional como uma das etapas da reserva da biosfera do Cerrado, a fase 2.

Ou seja, temos todo esse entendimento e toda essa clareza. Agora, APA, vemos no SNUC, tem que ser estabelecida visando ao benefício e à melhoria da qualidade de vida das populações que estão envolvidas nessas áreas. Eu, como Prefeito, quero saber o que a minha população vai ganhar em termos de qualidade de vida. E nós temos muitas coisas para ganhar, sim, em relação a tudo que está sendo proposto com esse zoneamento e essa preservação, sem perder de vista o necessário desenvolvimento econômico da região.

Infelizmente, quando se separa, se destaca uma área para preservação, não temos a mesma consideração observada quando se destaca uma área para construção de uma barragem. Quando se inunda uma área, quando se constrói uma barragem, o Município recebe *royalties*. Agora, quando se separa uma área para preservação, que irá trazer benefícios para toda uma população, para toda a Nação, o Município não tem benefício algum. E tem que mendigar um ICMS ecológico no Estado, que tem fugido do seu critério de compensação ambiental, infelizmente. *(Palmas.)*

Todas essas são lutas análogas, similares, paralelas a essa da nossa discussão sobre a APA do Pouso Alto.

Eu gostaria, ainda, de falar sobre o desejo dos Governos. Posso falar por Alto Paraíso, mas eu sei que é uma necessidade da nossa região. É desejo dos Governos que essa discussão toda traga como benefício também que todos esses Municípios envolvidos na APA de Pouso Alto tenham, de alguma forma, Deputado Augusto Carvalho, uma prioridade para serem contemplados com a realização dos seus planos diretores. Nós precisamos ter ordenação. Vamos ordenar fora da zona urbana, e a nossa zona urbana não vai ter ordenamento quase nenhum. Precisamos



ter esse comprometimento também. Eu acho que são ganhos que puxamos junto com a discussão do plano de manejo.

Para finalizar, eu entendo que o principal ganho que nós estamos tendo aqui... Falo daquilo que o Saboia comentou, e eu gostaria que o senhor, assim como os demais Deputados, não permitisse que essa discussão não fosse feita em âmbito nacional. Ela precisa ser uma discussão nacional. Ela precisa ter uma dimensão nacional. Ela precisa ser vista como uma discussão estratégica, como um assunto estratégico para a nossa Nação. *(Palmas.)* Nós somos berço de água; nós temos uma população residente, uma população que tem tido uma influência e o desejo de muitos de preservar, mas uma população que quer viver bem, que tem que ter desenvolvimento econômico, que quer ter saúde, que quer ter condições dignas de vida, quer ver todos os seus habitantes tendo alegria de viver ali. Restrições são necessárias, mas juntamente com a possibilidade de qualidade de vida para a população da nossa região. É para isso que estamos caminhando.

Acredito que isso é fundamental, e o nosso grande ganho está acontecendo. Aqui, na Casa do povo brasileiro, a questão da Chapada dos Veadeiros, através da APA do Pouso Alto, está sendo colocada em pauta, e esperamos que não saia, em momento algum, de pauta aqui desta Casa a questão dessa região estratégica do nosso País, que é Chapada dos Veadeiros, Cerrado de altitude, reserva da biosfera, patrimônio natural da humanidade e uma série de outras coisas que podemos enumerar.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Prefeito.

Apenas comentando o que o senhor disse, há 15 dias, nós solicitamos ao Colégio de Líderes urgência para apreciação de proposta de nossa autoria de inclusão de Alto Paraíso na RIDE — Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, porque é um instrumento de políticas públicas que poderá ajudar no debate do desenvolvimento sustentável, especialmente o que nós estamos tratando. *(Palmas.)*

Registro com muito prazer e alegria a presença do Deputado Sarney Filho, que é um dos baluartes da luta ambientalista do Brasil e desta Casa, a quem passo a palavra para fazer sua ligeira saudação. *(Palmas.)*



O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo todos os membros da Mesa, e o Marcus Saboya, cuja fala ainda ouvi um pouco no começo. Saúdo a todos.

É com muita alegria que vejo esta audiência pública lotada.

Eu sou um batalhador aqui no Congresso em favor dos direitos difusos da sociedade. Mas uma coisa é certa, e é preciso que vocês tenham conhecimento dela: aqui no Congresso, nós somos minoria absoluta. Quando se chocam, quando se confrontam os interesses concretos dos ruralistas com os interesses difusos da sociedade, sempre os interesses difusos perdem. Por quê? Primeiro, porque a representação aqui não corresponde à vontade da sociedade, no que diz respeito à força dos ruralistas no Congresso.

Na Legislatura passada nós tivemos um embate muito forte, porque os ruralistas queriam — e conseguiram — mudar o Código Florestal para flexibilizar, para abrandar a legislação ambiental, com dois objetivos: conceder anistia àqueles que haviam desmatado ilegalmente e possibilitar a redução das áreas de preservação permanente das reservas legais.

Ora, isso é um contrassenso. Enquanto o mundo está vivendo a crise ambiental, a crise do clima; enquanto nós todos sabemos que os eventos climáticos já são uma realidade — hoje, ninguém duvida mais de que a seca prolongada que se dá em determinadas regiões e as chuvas intensas que ocorrem em determinados momentos são fruto da mudança climática e que essa mudança climática é oriunda da ação do homem —, não podemos agir dessa forma.

Aqui, no Brasil, nós temos uma grande vantagem, que são os nossos biomas. A Amazônia, hoje, é responsável pelo regime de chuvas que ajuda toda uma região. Então, o que estamos vendo hoje? São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, quatro Estados da Região Sudeste, todos eles com crise hídrica, crise de água. Essa crise existiria, mas ela existiria em muito menor grau se nós tivéssemos preservado as nascentes, se nós tivéssemos preservado as matas ciliares.

Houve um tempo na civilização em que o homem precisava morar perto do rio, perto de água doce. Mas esse tempo já passou. Hoje, os rios precisam de árvores. Hoje, as nascentes precisam de proteção. (*Palmas.*)



Temos que ter essa consciência e lutar por um novo modelo de desenvolvimento, e o modelo de desenvolvimento da Chapada dos Veadeiros, o modelo de desenvolvimento de toda aquela APA, é um modelo do ecoturismo, é um modelo da agricultura sustentável, orgânica. *(Palmas.)*

Nós não podemos nos dobrar à força econômica de poucos grupos, aos interesses de poucos proprietários de grandes glebas. É preciso haver a união da sociedade civil organizada, que é o que estou vendo aqui. É preciso pressionar o Governo do Estado de Goiás. *(Palmas.)* É preciso que o Governo do Estado de Goiás diga claramente de que lado ele está: se ele está do lado do desenvolvimento sustentável, que vai permitir um crescimento pertinente daquela região, ou se ele está ao lado daqueles que querem só tirar proveito imediato, pouco ligando para o que vai acontecer ali depois que eles tirarem o seu dinheirinho.

Essa é a grande questão. E para isso já temos aqui alguns Deputados: o Presidente da Comissão de Meio Ambiente está aqui. Trata-se de uma Comissão permanente, e o Deputado Ricardo Tripoli é nosso antigo aliado. O único Deputado do PSDB que votou a favor da gente, contra a modificação no Código Florestal, foi o Deputado Ricardo Tripoli. *(Palmas na plateia.)*

Então, estamos aqui à disposição. Acionamos, tão logo fomos requeridos, o Ministério Público, que é um aliado da causa ambiental, em regra — nós não podemos esquecer. Temos que buscar todos os nossos aliados. Mas, pelo que estou vendo aqui, pelo bom senso que encontro e que os homens públicos do Estado de Goiás vão ter e pela pressão que nós vamos fazer, tenho certeza de que nós sairemos vitoriosos — sairemos vitoriosos, repito. *(Palmas na plateia.)*

Vamos usar — vocês podem contar conosco, com a nossa bancada ambientalista — todos os meios para que não haja um retrocesso naquela região, para que não se comprometa o futuro sustentável de toda uma gente como vocês.

Era isso que eu queria dizer. *(Palmas na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Deputado Sarney.

Passarei a palavra ao Secretário de Meio Ambiente de Alto Paraíso, Julio Itacaramby, mas antes queria registrar também a presença do Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal, André Lima. Obrigado, André. *(Palmas na plateia.)*



Com a palavra o Secretário Julio Itacaramby.

O SR. JULIO ITACARAMBY - Bom dia a todos. É uma honra estar defendendo o meio ambiente da nossa região nesta Casa importante.

Obrigado, Deputados, pela sensibilização.

É importante também a presença da sociedade civil, que está se mobilizando, mostrando a sua importância na defesa do Cerrado.

As brilhantes exposições já feitas aqui mostram bem a necessidade que nós temos de preservar a região, e é importante colocar os pontos econômicos que andam junto com os aspectos ambientais para a consecução da qualidade de vida das pessoas da região.

Nesse aspecto, é importante lembrar que a APA é uma unidade de conservação que permite o uso sustentável, ou seja, permite o desenvolvimento de atividades econômicas na região, mas que essas atividades econômicas devem ser compatíveis com a sensibilidade ambiental da região. E as principais atividades econômicas que devem ser exercidas e fomentadas através do plano de manejo, fomentadas através de políticas públicas do Governo Federal e do Governo estadual são a agroecologia, o ecoturismo e o pagamento de serviços ambientais.

Nesse sentido, eu trago alguns dados para reforçar esses argumentos, que são os seguintes: o Fórum Econômico Mundial designou e indicou o Brasil como o país com o maior potencial de exploração de turismo no mundo; a Organização Mundial do Turismo fez uma pesquisa que demonstra que o segmento de ecoturismo cresce a taxas de 15% a 25% ao ano; que só nos parques nacionais brasileiros houve uma visitação de 12 milhões de pessoas nos últimos anos, o que representou um faturamento de 1,5 bilhão de reais, através do ecoturismo. Como negar esses números em tempos de crise econômica como a que vivemos hoje?

No sentido da agroecologia, eu também trago as informações que a pesquisa de mercado interno hoje mostra: o segmento de orgânicos cresce a uma taxa de 35% ao ano. Nós temos uma cooperativa de agricultores agroecológicos, de agricultores familiares na região. Mais uma vez, como negar o desenvolvimento econômico da região, se há segmentos que crescem muito mais que o nosso PIB hoje? A região deve, sim, aliar o desenvolvimento econômico a essas atividades em franca expansão.



Além disso, nós temos o pagamento por serviços ambientais. Nossa região preservada representa um ativo ambiental de tamanho que deve ser realizado através de programas como o Produtor de Água, já elaborado e em execução pela Agência Nacional de Águas, e também pela implementação da cota de reserva ambiental estabelecida pelo novo Código Florestal. Ou seja, a nossa região preservada tem potencial econômico muito grande, que viabilizaria toda a preservação do berço das águas de nosso País. *(Palmas.)*

Para finalizar, eu trago a reflexão de que o termo “desenvolvimento sustentável”, criado e cunhado na década de 70, foi simplesmente uma falácia desde então, porque desde a década de 70 até hoje só vemos a crise ambiental se agravar, no mundo inteiro, e através de um plano de manejo nós podemos mostrar que o desenvolvimento sustentável se faz com agroecologia e não com pulverização aérea; o desenvolvimento sustentável se faz com energia solar e não com PCHs; o desenvolvimento sustentável se faz com ecoturismo e não com mineração.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Julio.

Vamos ter que tentar acelerar um pouco, porque teremos votação daqui a pouco, não é, Deputado Átila Lira? Hoje nós temos uma sessão extraordinária a partir do meio-dia.

Passo a palavra ao Sr. Donizete Tokarski, Presidente da Ecodata. *(Palmas.)*

O SR. DONIZETE TOKARSKI - Sr. Presidente Deputado Augusto Carvalho, inicialmente eu queria responder a esta sua pergunta: “*Não sei o que um Deputado do Distrito Federal está fazendo aqui*”. Eu posso lhe dizer que o senhor está cumprindo aqui um papel de cidadão, um papel que os Parlamentares de Goiás deveriam estar cumprindo. Mais do que isso, o senhor está cumprindo também um papel que tem muito a ver com os recursos hídricos, porque nós aqui do Distrito Federal também participamos da produção das águas que passam pela Chapada dos Veadeiros e porque a população do Distrito Federal está diretamente inserida na economia da Chapada dos Veadeiros.

Parabéns pela atitude! *(Palmas.)*



Sr. Presidente, Deputado Augusto Carvalho, Deputado Átila Lira, Deputado Sarney Filho, o Cerrado tem menos que 3% de unidades de conservação. Isso é uma vergonha! Um dos biomas principais do País tem menos de 3% de unidades de conservação. Nós precisamos ampliar as unidades de conservação no Cerrado e fazer com que as atuais unidades de conservação sejam de fato manejadas com excelência, porque não o são.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, 50% do Cerrado estão alterados. Também não concordo com isso, caros representantes do Ministério. Pelo menos 90% do Cerrado já estão antropizados. O remanescente de vegetação nativa de Cerrado já está totalmente antropizado. Além disso, 40% da vegetação do Cerrado são endêmicos, ou seja, só existe aqui no Cerrado.

Eu gostaria de chamar o Paulinho e, já lhe fazendo uma homenagem, o Bruno, do Movimento SOS Mais Cerrado, para virem até aqui segurar este cartaz, por favor. *(Palmas.)*

Por que eu disse que o Cerrado tem essa característica endêmica?

Vejam, nós temos diversos tipos de fitofisionomias. As áreas onde o solo é mais profundo já foram totalmente dizimadas. São as áreas propícias à mecanização agrícola. Ou seja, nessas regiões de endemismo, Deputado Átila Lira, ele está sendo extinto, e nós sabemos que uma espécie animal ou vegetal extinta equivale a mais de 2 bilhões de dólares. Várias espécies do Cerrado estão sendo extintas.

Muito obrigado, belos meninos, grandes lutadores pelo Cerrado. *(Palmas.)*

E onde está presente a característica que conserva as principais plantas endêmicas no Cerrado? Exatamente no Cerrado de altitude, acima de 1.200 metros, não só plantas, mas animais também. E agora o nosso querido Governo de Goiás transformou isso tudo: a área deixou de ser de preservação permanente e está largada à sorte das máquinas.

Deputados, os senhores têm um papel fundamental na aprovação da PEC do Cerrado. Como pode um bioma que é o elo entre todos os biomas brasileiros não ser considerado patrimônio nacional pela Constituição brasileira? *(Pausa.)* Exigimos a aprovação da PEC do Cerrado!

A Reserva da Biosfera do Cerrado, esse patrimônio da humanidade reconhecido na nossa região, onde está seu núcleo central? Exatamente no Parque



Nacional da Chapada dos Veadeiros e na APA do Pouso Alto. E estamos vendo agora que esse plano de manejo não foi discutido com a comunidade, ele foi encomendado para fazer com que somente a parte da sociedade mais possuidora de recursos seja beneficiada. Os pequenos agricultores não estão sendo ouvidos, como foi dito aqui pelo representante dos agricultores familiares. As universidades não estão sendo ouvidas. Não há um processo democrático. Não há pleno consentimento. A sociedade tem que ser partícipe, tem que conhecer com detalhes o que está sendo discutido.

Eu pergunto às senhoras e aos senhores: vocês estão conscientes do que representa de fato esse plano de manejo, de como ele está sendo feito, de como ele foi encomendado? Não quero acreditar que tenha sido somente para atender a interesses econômicos. Não quero acreditar que tenha sido apenas por falta de interesse político. Vamos dizer que haja falta de conhecimento. Eu digo com convicção que o Governo de Goiás não conhece o Cerrado e, por isso, não o valoriza. (*Palmas.*) Nós temos outras oportunidades de desenvolvimento, diversas, principalmente nessa região que é o símbolo do desenvolvimento do Cerrado, Deputado.

E nós temos, sim, capacidade. A EMBRAPA já estudou muito o Cerrado. Nós temos 12.356 espécies de plantas no Cerrado, das quais pelo menos 400 espécies já têm valor econômico estabelecido e deveriam estar sendo adquiridas pelo PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), não a preço vil, mas a preço justo! As polpas de cagaita, de mangaba, de buriti, as farinhas de jatobá e tantas espécies de baru poderiam estar sendo comercializadas para a alimentação, principalmente no serviço público e nas escolas, para ensinarmos as crianças a valorizar esse produto que é nosso. (*Palmas.*)

Nós temos uma riqueza muito grande. Em Goiás, um único empresário produz mais de 60 tipos de picolé com produtos do Cerrado. A própria Câmara, Deputado Augusto Carvalho, deveria aproveitar esses produtos em todas as suas recepções. Ela faz parte do Cerrado, está inserida no Cerrado! O Cerrado recebe a Câmara dos Deputados, recebe Brasília! Os produtos do Cerrado deveriam estar sempre presentes nos coquetéis oferecidos pela Casa. Eles são deliciosos,



maravilhosos, e refletem o nosso povo, representam a cultura regional. O Cerrado tem muito mais a oferecer.

Também precisamos, Fernando, para garantir o desenvolvimento econômico sustentável, de políticas públicas que realmente deem condições para o estabelecimento do agroextrativismo. Os agricultores precisam conhecer o Cerrado. Quem não conhece não ama. E é por isso que o Cerrado está sendo degradado. É preciso conhecer as potencialidades do Cerrado. Nós queremos conhecer, valorizar, aprender e conservar. Essa rede não está sendo seguida exatamente por falta de conhecimento.

Sei que já me alonguei muito, Deputado. Aproveito para mais uma vez agradecer-lhe a oportunidade e parabenizá-lo.

Para finalizar: eu quero mais Cerrado!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Donizete.

Esclareço que eu convidei toda bancada do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Infelizmente, eles não puderam comparecer. Mas continuamos a luta.

Passo a palavra à Sra. Denise Agostinho, especialista em recursos hídricos.
(Palmas.)

A SRA. DENISE AGOSTINHO - Bom dia a todos. Parabéns ao pessoal do SOS MAIS Cerrado.

Estou com a minha filha aqui. Vou falar em nome da justiça ambiental, e para isso é preciso pensar no componente intergeracional, no tempo.

Hoje temos um estado de equilíbrio ecológico muito diferente do que tínhamos poucos séculos atrás, quando a Chapada dos Veadeiros tinha manadas de veados. Já é impensável a recuperação desse estágio ecológico. Couros, Formosa dos Couros, Catarata dos Couros recebem esse nome por conta do couro dos bois, mas, antes, por causa do couro de veados, tal a quantidade de veados que havia ali.

Temos agora a expectativa de passar para outro estágio ecológico, que pode ser irreversível. Cerrado não se recupera, com a condição fitossociológica que tem, com essa interação entre as árvores e todo o complexo de vida associado à vegetação. Todo esse complexo de vida cumpre um papel ecossistêmico para fazer



a água infiltrar, e as chapadas são poderosas nesse serviço ambiental de recarga de aquífero.

Temos que voltar nossos olhos para esse serviço ecossistêmico da recarga de aquíferos. O Brasil está passando por um momento histórico de escassez hídrica, então temos que adequar nossas políticas, pensar em políticas para produtor de água, olhar para os comitês de bacia hidrográfica, valorizar a agroecologia. Há quem diga que agroecologia não gera PIB, mas ela gera outro tipo de capital, capital social, capital humano, capital natural. Temos que olhar para essas novas políticas, para outras formas de desenvolvimento.

Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Denise.

Uma reflexão: o Donizete falou da PEC do patrimônio do Cerrado. Estamos acostumados a perder batalhas. Eu fui Constituinte — o Deputado Átila foi meu colega na Constituinte — e apresentei uma emenda propondo que o Cerrado passasse a ser patrimônio da humanidade. Fui derrotado. Mas agora, com o apoio de vocês, com a militância de vocês, vamos aprovar essa emenda brevemente. *(Palmas.)* Há uma PEC tramitando, e vamos levá-la ao plenário, espero.

Passo a palavra ao Sr. Celso Tomita, agrônomo especialista em agricultura orgânica.

Como bem lembrado ali pelo nordestino querido, são a PEC do Cerrado e da Caatinga, os dois biomas.

Na sequência, concederei a palavra ao nosso Secretário do Meio Ambiente, o André.

Pois não, Sr. Celso.

O SR. CELSO TOMITA - Bom dia a todos. Sou Celso Tomita, consultor em produção orgânica e produção integrada, na linha de produção sustentável. Sou produtor orgânico e pesquisador junto à Universidade de Brasília e à EMBRAPA.

O fato é que buscamos uma sustentabilidade. Hoje está muito em voga este ponto que nós discutimos, a produção de água. Nós produtores orgânicos, assim como os produtores convencionais, utilizamos a água do meio ambiente para produzir os nossos alimentos. A produção orgânica está buscando um sistema de produção mais sustentável, mais de acordo com o meio ambiente.



(Segue-se exibição de imagens.)

Vocês podem observar na tela que, onde a produção é orgânica, ainda que em grande escala, como na produção de feijão — isso está em exposição na AgroBrasília deste ano —, podemos produzir sem a presença da mosca branca. Esse teste foi feito lado a lado para demonstrar que a mosca branca na produção de feijão orgânica geralmente aparece com uma menor população. Diante desse fato, será que é ou não é viável a produção orgânica?

Nós podemos demonstrar que, numa área de produção de feijão, o sistema orgânico é economicamente muito mais eficiente. Hoje, em muitas culturas, como a de feijão e a de soja, conseguimos chegar a uma produtividade próxima da convencional, com rendimento de produção equivalente, e, em termos econômico, o sistema orgânico é muito mais viável. Hoje, temos áreas de 2 mil hectares de soja, de mil hectares de feijão, de 500 hectares de tomate de mesa produzindo nesse sistema. Então, o sistema orgânico é viável ou não? Há grandes gargalos na produtividade, porém, o sistema de produção orgânica economiza de 26% a 50% de água.

Mas como passar para o sistema orgânico, sem uma transição? Então temos o sistema de produção integrada, que incorpora sistemas técnicos convencionais e sistemas orgânicos. Existe um meio termo, que já reduz o gasto, é melhor para o meio ambiente e produz um alimento mais saudável.

Para feijão, soja, milho, algodão, trigo, batata, nós conseguimos uma produção sustentável em larga escala, e o foco pode ser não só grandes produtores, pode ser também pequenos produtores, desde uma produção integrada ou orgânica para o pequeno produtor familiar até a produção convencional. Mas existem alguns gargalos, como acesso à tecnologia de produção — de que forma cada produtor vai atuar? —, educação, orientação técnica para que os produtores atinjam essa qualidade de produção no sistema orgânico.

Portanto, temos alternativas e meios para promover no Cerrado um sistema mais produtivo, sem necessidade de, digamos, confronto ou atrito com os grandes produtores. Temos apenas que associar os sistemas de produção. Porque o grande produtor também não conhece a tecnologia, por isso ele repulsa os produtores orgânicos. Temos que integrar, unir forças, orientar o produtor. Assim



conseguiremos maior produtividade. Em mais de 25 anos de trabalho na produção orgânica, temos como resultado a qualidade da produção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Desculpem. Eu estava falando com o pessoal do *Correio Braziliense*. Tomara que repercuta bastante este nosso movimento, para que outras pessoas se incorporem a essa luta.

Peço ao Celso Tomita que me desculpe por não ter podido ouvi-lo. Depois me informarei.

Com a palavra o nosso Secretário do Meio Ambiente, André Lima, para a sua saudação aos nossos participantes. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ LIMA - Muito obrigado. Eu quero inicialmente saudar o Deputado Augusto Carvalho. Sou militante socioambiental há 25 anos, alguns desses anos aqui em Brasília, e sei como é difícil lotar este auditório. Muitas vezes, quando pensamos em fazer uma audiência pública, temos a dúvida: “*Vamos fazer no Nereu Ramos?*” “*Ah não, é muito difícil lotá-lo.*” E estou vendo aqui uma presença muito expressiva. De fato este tema merece atenção especial. Não é assunto de interesse meramente local, de Goiás ou de Alto Paraíso, é assunto de interesse nacional e também do Distrito Federal, especificamente.

Nós da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal estamos trabalhando com a ABEMA — Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente para assumirmos a coordenação do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente do Cerrado, exatamente para colocarmos em pauta as principais questões de interesse do Cerrado como um todo. E, com certeza, a questão das áreas protegidas, sejam elas de uso sustentável, sejam elas de proteção integral, está no centro das atenções, pelas razões já expostas aqui.

Como citou o nosso amigo Donizete Tokarski, o Cerrado é um dos biomas, se não o bioma de menor extensão de áreas protegidas no Brasil. Então, de fato temos um interesse muito grande neste debate. Parabenizo o Deputado pela iniciativa. Este assunto transcende o nosso quadrado.

Estou à disposição dos amigos aqui de Brasília que queiram aprofundar este debate.



Nós estamos criando no Jardim Botânico o CERRATENSES — Centro de Excelência de Estudos do Cerrado, exatamente para apoiar iniciativas cidadãs, iniciativas do terceiro setor, iniciativas privadas voltadas para a valorização, conservação e recuperação do Cerrado. Está à frente dessa iniciativa o nosso amigo Rafael Poubel, aqui presente — acho que muitos de vocês já o conhecem. Nós estamos à disposição lá para fomentar, para apoiar, para valorizar esse movimento de vocês.

Saudamos também o SOS MAIS Cerrado e agradecemos o convite para estar aqui hoje. Eu gostaria de ter podido estar presente desde o início.

Estamos na linha de frente de várias iniciativas importantes para o Cerrado. Aqui no Distrito Federal, foi feita a primeira parceria orgânica entre Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura, para implementação do nosso Cadastro Ambiental Rural. É uma vergonha não termos isso implementado, esse mecanismo importante. Apesar do retrocesso do Código Florestal — eu participei desses debates intensamente —, o Cadastro Ambiental Rural é um mecanismo fundamental para, fora das áreas protegidas, salvarmos o que existe de Cerrado e, principalmente, recuperarmos as nossas nascentes.

Então, estamos na linha de frente com a Secretaria de Agricultura para promover esse debate, para fazer essa interlocução com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente. Tenho conversado com a Jacqueline, Secretária do Meio Ambiente de Goiás, e dito que essa questão não é local, que ela vai ter impacto nacional.

Aproveito para saudar o nosso Deputado Ricardo Tripoli e o nosso Deputado Zequinha. E vou dizer mais. Brasília, Deputado, vai receber em 2018 o Fórum Mundial da Água. (*Palmas.*) É importante que a nossa Frente Parlamentar Ambientalista se prepare. Essa será uma oportunidade para fazermos com que esta campanha, esta iniciativa, ela transcenda até o caráter nacional, porque nós estamos falando do centro da Reserva da Biosfera do Cerrado, estamos falando do Planalto Central, que vai sediar em 2018 um encontro de mais de 150 países para debate do tema da água. Nós não podemos fazer o debate tão somente dos interesses econômicos da água. Precisamos mobilizar a população, para que ela esteja presente. Este movimento faz parte disso.



Então, se nós já anteciparmos o debate de 2018... Que cena nós queremos ver em 2018? O nosso Cerrado com autorizações para pulverização aérea? O nosso Cerrado com autorizações para usinas hidrelétricas? As nossas áreas protegidas não implementadas? Estamos falando do berço das águas, certo? Então essa conexão tem que ser feita imediatamente, e eu proponho que a Câmara dos Deputados já faça essa interlocução, preparando a nossa participação no Fórum Mundial.

Estou à disposição. Está sendo trocada agora a Presidência do ICMBio. O Presidente que vai assumir o ICMBio é um companheiro da causa, da luta socioambiental. Acho que temos que marcar imediatamente uma conversa com ele — quero estar presente —, para vermos de que maneira o ICMBio pode fortalecer concretamente a sua presença neste debate. Eu sei que o ICMBio já está dando apoio. A Ministra anunciou em uma reunião do CONAMA que apoia o movimento. Então, vamos para as ações concretas e efetivas.

Coloco-me à disposição para essa interlocução, para essa aproximação, para trazermos a Presidência do ICMBio para o debate.

Por fim, saúdo a iniciativa desta reunião. Estou aqui também na condição de militante do movimento socioambiental, somando-me a vocês nesta luta.

Parabéns a vocês por lotarem este auditório. Parabéns ao nosso Deputado pela iniciativa e ao Movimento SOS Mais Cerrado, por fazerem com que uma questão que poderia estar sendo resolvida no âmbito local, com impacto nacional, ganhe as páginas dos jornais nacionais, ganhe a mídia nacional.

Tenho certeza de que, com a perspectiva do Fórum Mundial das Águas, temos como colocar esta causa no centro de uma causa maior, que pode chamar a atenção inclusive internacionalmente.

Parabéns a todos. Estou à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Secretário.

Convido agora para fazer uso da palavra o Sr. Carlos Salgado, representante da Secretaria Executiva da Rede Pouso Alto Agroecologia. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS SALGADO - Bom dia a todos. Agradeço ao instituto MAIS Cerrado a oportunidade de ser contemplado aqui com uma fala sobre agroecologia.



Nós viemos falar principalmente das fragilidades e dos potenciais da região da Chapada dos Veadeiros como um todo, não só da APA, porque as fragilidades vão além da APA.

Na busca por um instrumento de gestão, como foi dito aqui anteriormente, para que se possa fazer um trabalho de desenvolvimento territorial com base na conservação ambiental, nós chegamos à conclusão de que a agroecologia seria talvez a vertente mais interessante a aplicar na região. Por quê? Primeiro, pelo resgate da dignidade do homem, da dignidade do ser humano no meio rural, tão pouco apoiado, tão pouco contemplado. Nós é que precisamos do campo para sobreviver, e não o campo que precisa das cidades. É o contrário.

Dadas essas premissas, além da questão do ser humano, o que nos faz escolher a agroecologia é também a forma como essa ciência é constituída, com uma amálgama de tecnologias tradicionais ainda presentes na Chapada dos Veadeiros, com os calungas, os milhos crioulos, as suas sementes e os seus conhecimentos associados aos recursos genéticos, e não só essa tradicionalidade, mas também a tradicionalidade campesina, dos produtores rurais da região.

O que acontece na Chapada é que a agroecologia vem sendo praticada há algum tempo não só pelos produtores tradicionais, mas também pelos produtores alternativos que chegaram à região. Então, a agroecologia é praticada há muito na Chapada dos Veadeiros. Essa não é nenhuma novidade. O que nós estamos propondo com a Rede é mais organização e mais efetividade.

A agroecologia diminui absurdamente o impacto ambiental. E não há como produzir alimentos sem impacto ambiental. Toda produção de alimento tem impacto ambiental. Praticamente toda forma de produzir alimento tem impacto, a não ser o extrativismo em si. E mesmo o extrativismo tem impacto sobre outros animais, que necessitam desse alimento.

Portanto, a agroecologia contempla uma série de questões, principalmente as agriculturas de base ecológica, de base orgânica, o que por si só já diminui muito o impacto.

Na Chapada dos Veadeiros, após esse momento da agricultura alternativa, começa a se desenvolver uma série de práticas agroecológicas. Precisamos lembrar e ressaltar, por sua grande importância, o trabalho que o Centro UnB Cerrado, o



Centro de Estudos Avançados do Cerrado, faz na região há pelos menos 5 anos, um trabalho para tanto sistematizar quanto levar tecnologias, assistência e extensão rural ao campo, nesse campo da agroecologia. Essa atividade precisa ser louvada, até porque é muito difícil fazer esse trabalho na região.

Nesse sentido, o UnB Cerrado, o Instituto Biorregional do Cerrado, a Cooper Frutos do Paraíso, a Rede Integração Verde e a Ecoideia, aqui de Brasília, mas que atua lá, criaram juntos, no ano passado, a Rede Pouso Alto Agroecologia, que congrega hoje 31 organizações, entre organizações de educação técnica agroecológica, instituições de pesquisa e de extensão rural, cooperativas de produtores, associações de produtores. Praticamente 14 dessas 31 organizações são associações de pequenos produtores ligados à agricultura familiar. Vemos aí um potencial muito grande de desenvolvimento. E a Rede continua aberta a novas adesões. Estamos fazendo essa gestão também.

Quero chamar a atenção para a questão dos venenos, que para nós da Rede Pouso Alto Agroecologia é muito preocupante. Nós costumamos dizer “agrotóxico”, mas, a rigor, agrotóxico é veneno. Ele até tem na embalagem um sinalzinho de caveira com dois ossinhos. Portanto, é veneno, sempre foi veneno. Um certo dia chamaram de “defensivo agrícola”, depois de “agrotóxico”, tudo escamoteação para reduzir a carga que a palavra “veneno” tem.

Então, com relação aos venenos, tem-se falado muito aqui que não devemos permitir a pulverização aérea na APA Pouso Alto.

Eu sou extensionista. Sou engenheiro agrônomo. Trabalhei em projeto de pesquisa no UnB Cerrado. O que eu vi na região, como vejo em outros lugares, foi pequenos agricultores, não apenas grandes agricultores... Vejam só, os grandes agricultores nós enxergamos bem. Quando os aviõezinhos levantam, nós vemos. Quando eles passam com aqueles gafanhotos deles, aqueles tratores imensos com barras de pulverização, nós vemos, nós enxergamos. Mas nós não estamos enxergando outra coisa. Está-se falando aqui de veneno na água, de veneno no meio ambiente. Esse veneno é usado para produzir o alimento que vem para dentro do nosso corpo, e o corpo é o nosso ambiente mais importante. Então, não podemos esquecer que o que é produzido ali, além de envenenar o meio ambiente, depois vem envenenar o ser humano. É muito importante estarmos sempre alerta.



O que acontece ali? Temos visto mesmo os produtores da agricultura familiar aposentando a enxada e usando glifosato para limpar a mandioca, para acabar com braquiária em mandioca, além de outras coisas. E, da mandioca, a prática se espalha pelas outras culturas, o produtor usa veneno.

Muitas vezes, o que acontece? A horta desse produtor está lá na beira da APP, está ali próxima da água. Então, não é apenas um avião que passa longe, que deriva e que deve obedecer a essas leis e tudo mais; é também um pequeno produtor, que, movido pelas necessidades, como o Fernando bem colocou, chega a utilizar venenos seríssimos em áreas de proteção ambiental. Isso é uma coisa muito séria, e nós temos uma preocupação muito séria quando se fala apenas de pulverização aérea. Nós temos que falar de veneno como um todo.

Então, por último, o que a Rede Pousos Alto Agroecologia defende efetivamente é uma zona livre para a Chapa dos Veadeiros, não só para a APA — principalmente para a APA, devido a essas grandes fragilidades. Portanto, defendemos para a Chapada dos Veadeiros como um todo uma zona livre de transgênicos e agrotóxicos, uma zona livre efetivamente. (*Palmas.*)

Defendemos isso por quê? Pela vida do próprio planeta, pela vida, pela saúde do planeta e pela vida. Essa é a nossa defesa e a nossa preocupação. Gostaríamos que o veneno fosse banido no planeta inteiro. Veneno em alimento não tem sentido nenhum. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Carlos.

Vamos passar a palavra agora para a Gislaïne Disconzi, especialista do Conselho de Conservação das Aves Aquáticas das Américas.

A SRA. GISLAÏNE DISCONZI - Boa tarde.

Pessoal, a minha fala vai ser rápida. Eu acho que estamos aqui no Parlamento do povo brasileiro, mas também precisamos escutar o *Parlamento dos outros*.

Nós temos um vídeo no Youtube onde o *Parlamento dos outros* fala a favor da Chapada dos Veadeiros. Lá nós ouvimos as rotíferas, as garças e a Devrin, que é uma neném de 6 meses, falando. Nós não queremos que aconteça o que já aconteceu em outras partes do mundo. Nós não queremos que a contaminação chegue perto de nós — e ela já está muito perto.



Então, o alerta é o seguinte: o alerta é que a Chapada é um lugar representativo do “ABC” do Cerrado, onde nós temos água, biodiversidade e carbono, elementos essenciais para a vida.

Então, nós temos que estar muito bem conscientes de que, se o plano de manejo da água de Pouso Alto for colocado como estão colocando, nós não mais vamos ter o *Parlamento dos outros*, porque esses seres que não podem ser ouvidos têm pouca representatividade. Nós não os escutam, mas eles estão lá. (*Palmas.*)

A minha fala diz respeito a uma espécie que, para mim, é muito singular na Chapada. Ali na Chapada ele encontra o seu último refúgio do mundo, como na Canastra e no Jalapão. O pato-mergulhão precisa das águas da Chapada dos Veadeiros.

Para nós termos água, precisamos ter floresta. O compartimento que mais retém água no Cerrado é a biomassa, é a floresta. Isso nós não podemos negar. Se eles não querem ver — refiro-me ao Parlamento do povo —, o *Parlamento dos outros* vai começar a falar. E nós estamos aqui. Eu sou MAIS Cerrado, eu sou um ser do Cerrado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Gislaíne.

Gente, foi fundamental para a realização deste evento a presença do MAIS Cerrado. Vários integrantes do instituto estão presentes aqui, inclusive usando as camisetas características, como vocês estão vendo. Outros certamente já estão militando, independentemente da camiseta.

Vou conceder a palavra — e o Presidente Átila Lira me falou que ela está presente — à Anelise, integrante do movimento.

Todo mundo está conhecendo a Anelise. (*Risos.*) (*Palmas.*)

Eu vou dar a palavra ao representante do MAIS Cerrado, Paulo Fiúza. Cadê o Paulo Fiúza? Está lá fora? Desculpa. Agora ele já está aqui. (*Risos.*)

Paulo Fiúza, do MAIS Cerrado.

O SR. PAULO FIÚZA - Bom dia, Deputado. Agradeço muito a oportunidade. Obrigado a todos e a todas que estão presentes cumprindo o nosso dever. O nosso dever de cidadão brasileiro é estar aqui hoje, primeiro, para mostrar que um absurdo está ocorrendo e que um absurdo muito maior ainda está para ocorrer, se nós ficarmos na comodidade.



Então, não é o momento mais de atacar ninguém, não é o momento de agredir e de falar o que está errado. Isso todo mundo já sabe. Até uma criança sabe. Tentam esconder o transgênico do alimento, mas não adianta. Hoje em dia, na era da informação, não tem jeito. Então, nosso papel agora é mostrar a informação, trazer informação para cá.

Os melhores técnicos de energia, de agroextrativismo, de agricultura, de turismo e de economia criativa estão aqui conosco hoje para dizer que existe outro modelo e que esse modelo atrasado é coisa do Brasil colônia — refiro-me à pilhagem, ao ato de se arrancar, de se cortar. (*Palmas.*) Isso já era! Nós estamos na era da regeneração. Nós estamos na era da economia da vida. A vida tem que ser valorizada em primeiro lugar. Então, se o plano de desenvolvimento não contempla essa escala é porque ele está errado.

Nós estamos falando aqui porque é aqui se decidem as coisas. Mas, ao que parece, aqui existe um modelo único, qual seja o de quem tem muito dinheiro para pagar *lobby* aqui dentro. (*Palmas.*) O agricultor, o plantador de alface e de tomate e o agroextrativista que está colhendo baru não têm dinheiro para pagar *lobby* de ninguém e nem precisa disso. O Governo tem que saber que há um modelo muito mais avançado, integrado e sistêmico que está de acordo com a Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica, que está junto com as comunidades tradicionais, junto com os quilombolas, com os geraizeiros e com os vazanteiros. Estamos todos nós no mesmo barco, o do desenvolvimento sustentável do século XXI. O passado acabou. Acordem! Esta Casa é um reflexo da sociedade. Então, se a sociedade está acordando, esta Casa também precisa acordar. Não existe “nós contra eles”, “ruralistas contra ambientalistas”. Não existe isso. Nós todos somos brasileiros e precisamos lutar pela nossa riqueza. (*Palmas.*)

O que nós temos de mais sagrado é a vida, é a água. Esse modelo já existe. Isso não é futuro, é presente. Então, nós viemos mostrar que o presente já existe, e o futuro nós vamos fazer todos unidos. Aqui dentro vamos dar o primeiro passo para um novo modelo, um modelo de visão sistêmica. É isto o que está faltando aqui dentro: informação.

Se você não sabe, o seu colega sabe. Às vezes você sabe uma coisa, mas o importante é estar com as outras pessoas, para haver integração, a energia com a



agricultura, com o agroextrativismo, com a economia criativa, com a recuperação florestal e com serviços ambientais. Para isso, precisamos de um plano integrado. Então, é por isso que queremos começar este debate.

Agradeço a todos. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Fiúza, representante do MAIS Cerrado.

Passamos a palavra agora ao Professor de Manejo, Fauna e Unidade de Conservação da UnB, Reuber Brandão.

(Palmas.)

O SR. REUBER BRANDÃO - Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Deputado Augusto Carvalho, pela oportunidade de trazer aqui esse discurso à tona.

Já falaram muito sobre o Cerrado. O que não foi falado é que ele está perdendo diariamente uma proporção de 10 mil hectares — área que está sendo desmatada. Dez mil hectares é o tamanho de Águas Emendadas. Nós perdemos, por ano, no Cerrado, por conta do desmatamento, quatro Distritos Federais.

Nós sabemos que o Cerrado é um *hot spot* de biodiversidade, reconhecido mundialmente por toda a academia científica. Isso não tem discussão. Mas o Cerrado está basicamente dentro do território brasileiro. Então, é uma responsabilidade da Nação brasileira proteger o Cerrado.

Dentro do contexto do Cerrado, a Chapada dos Veadeiros é uma joia conhecida como patrimônio natural pela UNESCO, tem uma biodiversidade expressiva, tem uma representatividade da biodiversidade de outras regiões do Cerrado muito grande. A Chapada perdeu muito do que era quando foi reduzido o Parque Nacional do Tocantins para os míseros 65 mil hectares da Chapada dos Veadeiros hoje.

Uma preocupação que o nosso grupo tem na universidade é entender como funcionam as unidades de conservação como uma ferramenta de proteção da biodiversidade.



Nós utilizamos a base inteira de unidades de conservação do Cerrado. Há 9,6% do Cerrado em unidades de conservação — não são 3%. Três por cento são apenas as áreas de proteção integral.

Nós comparamos a taxa de desmatamento dentro das unidades de conservação de proteção integral com as unidades de conservação de uso sustentável e verificamos que o desmatamento dentro de APA, dentro de ARIE, dentro de RESEX e dentro de RDS não é diferente da taxa de desmatamento fora dessas unidades de conservação. Isso demonstra que essas unidades de conservação têm outro tipo de objetivo, mas que não contribuem efetivamente para a conservação da biodiversidade.

Portanto, se nós não considerarmos a região da APA do Pouso Alto e não transformarmos grandes parcelas daquela região, como bem colocado pela Carla, em unidades de conservação de proteção integral, vamos perder a biodiversidade daquela região. A região do Pouso Alto é o último naco de Cerrado expressivo em todo o Estado de Goiás.

Goiás é um Estado de mentalidade ruralista, que tem outros interesses e outros objetivos para aquela área. Se não criarmos medidas realmente efetivas para a proteção daquela região, a pressão que nós estamos vendo hoje, que motivou esta reunião, que motivou esta união, vai continuar acontecendo, ela não vai ser evitada.

Então, se queremos evitar que a região seja vítima da pressão do Estado de Goiás, nós temos que criar proteção efetiva na forma de unidade de conservação de proteção integral, especialmente federais.

O Cerrado não é um patrimônio apenas do Brasil. Apesar de ele não estar nem na nossa Constituição, já é reconhecido como patrimônio global de biodiversidade.

Então, na verdade, a Chapada dos Veadeiros é muito maior do que os limites políticos do Estado de Goiás, é muito maior do que os limites políticos do Distrito Federal e é muito maior do que os limites políticos do Brasil! (*Palmas*.) A proteção da Chapada dos Veadeiros é uma contribuição da Nação brasileira para a continuidade da biodiversidade do planeta.

É isso o que eu tinha para falar.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Prof. Reuber. Está tão bom que eu estou me perdendo em tanta inscrição. Há muita gente aqui.

Sr. Maurício Boratto, Coordenador de Meio Ambiente da Consultoria da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*) Não está presente.

Eu passo a palavra ao nosso Vereador de Alto Paraíso, correligionário do nosso Deputado Sarney Filho, Eduardo Estellita, conhecido como Dada.

O SR. EDUARDO ESTELLITA - Boa tarde a todos. É um prazer estar novamente aqui neste espaço onde a sociedade civil pode se colocar em questões relevantes para o desenvolvimento do nosso querido Brasil.

Hoje eu estou aqui especialmente emocionado porque se trata da região importantíssima do santuário da Chapada dos Veadeiros.

Eu quero retornar aqui um pouco a história no tempo e dizer a vocês que a visão do Presidente Juscelino, quando criou o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, já tinha a consciência da importância daquele lugar. Inclusive, nos estudos para a criação do Distrito Federal — não sei se todos sabem disto — contemplavam o território do Distrito Federal até a Chapada dos Veadeiros. O território do Distrito Federal ia até a Chapada dos Veadeiros. Por que ia até lá? Por causa da importância da água. Mas eu estou vendo que, na realidade, o momento em que vivemos é importantíssimo para a conscientização das pessoas sobre a importância da água, a importância da Chapada dos Veadeiros nesse contexto geral da hidrologia no Brasil.

Aqui já foi falado muito que ela alimenta o Rio São Francisco, a Bacia do São Francisco, a Bacia do Amazonas e a do Paraná. É importantíssimo que essa região seja preservada.

Agora, quando o Estado estabelece a APA do Pouso Alto para desenvolvimento sustentável — vejam a contradição —, não são levadas em conta as populações tradicionais e o turismo ecológico da Chapada, além de não haver representação dos assentamentos. Na realidade, o que está acontecendo? O conselho está sendo dominado por interesses econômicos. Então, em benefício de



cinco ou seis grandes proprietários que usam avião está se estabelecendo que, em toda a área da APA, possa-se pulverizar veneno.

Nós procuramos ter uma visão mais adequada para o desenvolvimento daquela região, mas com conservação do meio ambiente. Nós conseguimos, depois de uma luta imensa, levar a UNB Cerrado para Alto Paraíso, com esse intuito justamente de fomentar a pesquisa científica, o valor científico do Cerrado e a busca de novos produtos, de novos remédios — refiro-me à fitoterapia riquíssima que se origina do Cerrado. Portanto, estamos planejando tudo isso.

Agora, o agronegócio vem se movimentando de uma maneira tal que agride e devasta toda a natureza de lá. Para vocês terem uma ideia, há poucos meses houve um desmatamento de 1.100 hectares de Cerrado com correntão! Ora, aquilo já foi feito. E como vai ser recuperado? Isso não vai ser recuperado.

Então, o que está acontecendo? O Conselho da APA está sendo dominado pelo agronegócio. Então, nós viemos aqui gritar.

Deputado Augusto Carvalho, quero primeiro agradecer o espaço que V.Exa. deu a essas pessoas para virem aqui se manifestar.

Também quero dizer que o Congresso Nacional tem muita responsabilidade sim. Diz-se que a APA está geograficamente dentro do Estado de Goiás, mas, quando falamos de meio ambiente, ela tem uma abrangência muito maior. A maioria das pessoas que visita Alto Paraíso saem de Brasília, e elas conhecem a situação.

Agora, parece que a sensibilidade dos Deputados para com as questões ambientais está deixando muito a desejar.

Aquele santuário tem que ser preservado. Não dá para nós esquecermos que, como foi dito aqui, a região era maravilhosa. Ela ainda continua sendo, mas está sendo degradada a cada dia.

Eu me lembro de que, na primeira vez que eu fui para Alto Paraíso — saindo de Brasília —, demorei 10 horas para chegar. Era tudo Cerrado, de um lado e do outro da estrada. Hoje a soja já está chegando quase ao Pouso Alto — não é? A soja transgênica e os agrotóxicos já estão chegando a Alto Paraíso.

Então, eu acho que, quando Juscelino criou o Parque Nacional, ele já tinha consciência da importância daquele lugar. Agora, nós temos que dar um jeito de breicar o avanço disso tudo de alguma forma.



Eu queria agradecer o espaço aqui e dizer que o povo de Alto Paraíso, que eu estou representando, é totalmente contra essa degradação desenfreada que está havendo lá na Chapada dos Veadeiros.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Gente, eu espero, até semana que vem, recolher as 171 assinaturas necessárias para criar a Frente Parlamentar em Defesa do Cerrado. *(Palmas.)* Quem tiver amigo Deputado, lembre-se disso. Já temos mais de 150 assinaturas recolhidas.

Eu quero dizer que vou fazer um ligeiro *break* nesta discussão que está havendo aqui, porque a representante do Chico Mendes vai ter que se ausentar. Ela terá um compromisso no Ministério agora, às 14 horas.

Eu quero deixar à vontade também a Carla, que deve ter responsabilidades.

Enfim, eu vou continuar aqui mais um pouquinho. A sessão começou, mas eu continuo ouvindo vocês.

Eu quero dizer que esta reunião de audiência pública não vai parar por aqui. Eu quero que vocês me ajudem a ajudar vocês. *(Palmas.)* Eu quero recolher as contribuições de cada um.

A representação de Governo nesta Mesa terá, vamos dizer, uma participação fundamental para encaminharmos as sugestões, as propostas, as preocupações.

Todas as contribuições foram muito bem-vindas, assim como o serão as outras que ainda virão.

Eu quero, na sequência, antes de liberar a nossa representante do Instituto Chico Mendes, dizer que já peguei os contatos e vou ficar no pé delas, tanto em relação ao parque quanto para irmos ao Governo de Goiás, viu Prof. Reuber. *(Palmas.)*

Vamos fazer uma interlocução com os Deputados que não tiveram a possibilidade de estar aqui e colocar essa questão como nacional, como foi muito bem aqui abordado por todos. Isso aqui não é uma reunião de desabafo, mas uma reunião de trabalho na qual recolhemos subsídios. Queremos depois implementar aquilo que for possível.

Por exemplo, acabou de mandar aqui uma sugestão um internauta participante do e-Democracia. O Tiago mandou a seguinte contribuição: “*Gostaria de*



lembrar a importância da participação da comunidade quilombola Kalunga, com uma cadeira no conselho”. Isso foi falado várias vezes aqui. (Palmas.)

O Tiago está antenado. Ele ainda escreveu o seguinte:

“A comunidade quilombola Kalunga está inserida na APA do Pouso Alto e é afetada diretamente pelas diretrizes propostas no plano de manejo. Essa comunidade guarda grande riqueza genética nas suas sementes preservadas e cultivadas de maneira tradicional. Além disso, também dominam tecnologias para cultivo de alimentação orgânica, num sistema em equilíbrio com o meio ambiente”. (Palmas.)

Enfim, essa é uma das contribuições de pessoas que estão fora daqui, mas estão conectadas conosco nesse movimento.

Então, Lilian, fique à vontade para se retirar. Nós esperamos ter outras oportunidades de conversar muito sobre propostas concretas a serem implementadas por vocês.

Muito obrigado.

Chamo para usar a palavra o Sr. Delmiro Portírio. (Pausa.) Não está.

Tem a palavra o Sr. Romano, agricultor.

O SR. ROMANO - Boa tarde.

Muito do que eu tinha para falar aqui foi muito bem dito por outras pessoas, principalmente pelo Saboya. Nós sabemos a importância da região, das águas, o quanto isso influencia, o quanto que o Cerrado retém as águas.

O que eu percebo é que a grande maioria tem ignorado o que é o Cerrado. Eu fui um desses. Eu participei da destruição do Cerrado. Eu ergui cabo de aço para derrubar cerrado. Eu fui agricultor convencional no Mato Grosso do Sul, quando eu tinha 16 anos de idade e ignorava totalmente a importância do Cerrado. Hoje, conhecendo a Chapada e a sua importância, mudei de ideia.

O que eu acredito é que o Governador do Estado desconhece, realmente, qualquer coisa sobre o Cerrado. Ele deve ignorar o tema, porque, como alguém aqui disse, só ama quem conhece. Por isso ele não ama. Ele não tem amor ainda.



Agora, nós, como representantes de Alto Paraíso de Goiás, temos que demonstrar amor por essas pessoas que ainda não aprenderam a amar o planeta e a amar a vida. *(Palmas.)*

Nós precisamos demonstrar amor por essas pequenas almas que ainda não despertaram. Se você despertou, demonstre esse amor pelo próximo. Por isso que nós estamos aqui, por amor à terra, por amor à vida. É só isto que nós queremos: que aprendam a amar.

Eu digo o seguinte: a humanidade está despertando, sim, e nós vamos nos alegrar com isso, porque aqui no Congresso Nacional nós estamos falando de um novo termo: “amor”, que é muito maior do que “lei”. *(Palmas.)* Amor resolve.

Obrigado.

(Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Passo a palavra agora ao Thomas Enlazador, do Instituto Biorregional do Cerrado.

O SR. THOMAS ENLAZADOR - Boa tarde.

Eu estou aqui também como atual Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente — COMDEMA de Alto Paraíso, do qual o Saboya, o Julio e algumas outras pessoas fazem parte.

Trago aqui algumas coisas importantes para nós refletirmos. O Romano falou do amor pela vida, pela biodiversidade, não é? E esse amor não é só pela biodiversidade, mas também por nós, indivíduos, seres humanos.

Há alguns fatos também muito importantes que nós estamos nos esquecendo de colocar, um deles é o aumento da incidência de câncer entre os moradores de São João D’Aliança, que é o maior foco dessa agricultura insustentável, regada de agrotóxicos. Há alguns estudos bombásticos para sair que demonstram tecnicamente o quanto os moradores e os agricultores ali da Chapada dos Veadeiros já estão sendo contaminados.

Com a pauta referente à federalização da área da Chapada dos Veadeiros, eu concordo em gênero, número e grau. Acho que essa é a pauta que nós temos que trabalhar, não só como algo de relevância nacional, mas de relevância planetária. O Governo de Goiás não tem competência — ele não tem competência, definitivamente! — para cuidar desse santuário.



Um caso bastante curioso, engraçado e triste é que, há pouco mais de 1 mês foi autuado — pasmem! — o pai do Governador Marconi Perillo com mais de mil hectares de mata nativa desmatada. Na região de Cavalcante, em Colinas do Sul, foi constatado um cemitério de pequizeiros, árvore símbolo do Estado de Goiás e do Cerrado, numa fazenda do pai do Governador Marconi Perillo.

Então, nós temos que realmente mostrar quem é quem no Cerrado, de que lado nós estamos, como que nós estamos trabalhando. Precisa haver uma pressão efetiva.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos — SEMARH já era ruim e, agora, ficou pior, porque foi desmantelada, está dentro de outra secretaria. Então, não podemos contar com ela. Não existe fiscalização da SEMARH lá na Chapada dos Veadeiros. E o ICMBio, através do Parque Nacional, fica ali só apagando incêndio. Então, vamos fazer uma força-tarefa.

Eu queria oficializar o convite aos Deputados, como Presidente do COMDEMA, para que nós marquemos uma data para que uma comissão de Deputados da Frente Parlamentar Ambientalista conheça a Chapada dos Veadeiros. *(Palmas.)* Nós temos algumas pessoas que vão poder ajudar.

Então, outra coisa que nós queremos apoiar, inclusive com o movimento MAIS Cerrado — porque somos todos aqui MAIS Cerrado —, é essa ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Nós trabalhamos em cima disso, porque são essas unidades de conservação que estão assegurando um pouco o Cerrado. Nós precisamos fomentar mais esse programa de criação de RPPNs, de reservas que vão, efetivamente, salvaguardar esse bioma.

Quanto ao pagamento por serviços ambientais, não adianta só falarmos para o agricultor que quer fazer a transição para ele preservar; ele precisa receber por isso. Portanto, precisamos regulamentar também essa legislação nacional, senão não conseguimos ampliá-la e materializá-la no Município.

Deputado, precisamos trabalhar em cima do Projeto Mosaico Veadeiros. Isso é fundamental. Precisamos de uma força-tarefa, uma força conjunta para implementarmos esse projeto, o que vai nos dar uma força muito grande.



A sociedade civil vive um novo momento. Dou o exemplo do Movimento Ocupe Estelita lá em Recife. O movimento está constringendo os Deputados e o próprio Prefeito de Recife, que abriu as pernas para as grandes construtoras.

Então, nós aqui vamos resistir, vamos ocupar, não vamos ser subservientes aos grandes latifundiários, a oito poderosos latifundiários, agricultores do veneno, produtores de veneno. Não são agricultores, são produtores de veneno, de morte e de câncer. Então, não vamos deixar que ocupem esse berço sagrado, esse território sagrado que é a Chapada dos Veadeiros. Vamos ocupar e resistir até o final! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Thomas.

Por falar em veneno, eu chamo para usar a palavra Sofia Carvalho, representante da Campanha contra os Agrotóxicos. *(Palmas.)*

A SRA. SOFIA CARVALHO - Olá. Eu felicito a iniciativa do Deputado Augusto Carvalho e já coloco que, entre outros e outras Parlamentares, ele está sendo incluído na nossa lista de parceiros e parceiras da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, a qual agora está fazendo um seminário de discussão com Parlamentares para pensar ações efetivas dentro da Câmara dos Deputados e dentro das Câmaras Legislativas.

Como falou o Paulo, do MAIS Cerrado, o tema que estamos trabalhando muito aqui é exatamente uma perspectiva da colonização de exploração, é o que estamos combatendo. A colonização de exploração se dá e se capilariza de uma forma em que os recursos dispostos ao nosso usufruto, ao usufruto da vida em todos os ciclos, recursos que estão sendo sugados de tal maneira que não contempla uma visão integrada de desenvolvimento e não contempla, sobretudo, o desenvolvimento territorial.

Então, muito do que estamos discutindo aqui reflete como pensamos projetos que são de desenvolvimento, mas que não são contextualizados. Quando houve a proposta da construção de hidrelétricas lá na Chapada dos Veadeiros, o questionamento foi: *“Vai ser como a construção de uma usina hidrelétrica na Serra da Mesa?”* Lá se construiu uma hidrelétrica com uma superestrutura, mas nada do que é gerado fica nos Municípios que sofreram o impacto direto dessas hidrelétricas.



Então, se vamos pensar em desenvolvimento de energia, vamos contextualizar a APA de Pouso Alto. Se aquela APA é uma área que contempla um contexto muito mais rural do que urbano, vamos pensar em fontes energéticas que envolvam biodigestores, algo que dialoga bastante com o contexto das agricultoras e dos agricultores.

Eu queria falar um pouco sobre o que o Marcus Saboya colocou, ou seja, de que tudo que estamos tratando hoje não é uma questão regional, mas sim uma questão federal. Nessa discussão pertinente sobre o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto, eu vejo as mesmas dinâmicas acontecendo aqui. O Plano de Manejo da APA do Planalto Central — APA que engloba 65% do Distrito Federal — estava em efetiva ameaça também. Nós da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida estivemos na última reunião, em que o conselho se uniu para deliberar sobre o Plano de Manejo. Estava prevista a pulverização aérea e uma série de outros absurdos que nós da sociedade civil entendemos concretamente como insanos. Então, estamos falando aqui de quem está compondo os processos decisórios, os processos de deliberação efetiva das dinâmicas sociais. Quem está compondo isso? Quem ocupa esses espaços?

Agora estão poucas pessoas no evento, porque ele já se prolongou um bocado, mas é por isto que estamos aqui: estamos ocupando esses espaços para materializá-los e pautar o desenvolvimento como uma questão territorial e contextualizada. Então, queria fazer uma colocação breve em termos do que nós da sociedade civil podemos pautar agora efetivamente, algo que vai combater os agrotóxicos, que vai combater esse paradigma de produção agrícola e o consequente êxodo rural.

Refiro-me ao PRONARA — Programa Nacional para Redução de Uso de Agrotóxicos. Esse programa foi criado dentro da PNAPO — Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ele existe, foi todo elaborado, é bem extenso e contempla um acúmulo grande de pensadores e pensadoras, mas não está sendo materializado e apenas o será com a pressão popular, com a pressão dentro da Câmara dos Deputados e de outros espaços institucionalizados. Então, queria trazer hoje para todos aqui o conhecimento de que temos um programa nacional que prevê



a redução dos agrotóxicos e que apresenta medidas e recursos para tal. Precisamos pressionar para que ele seja materializado.

No mais, finalizo minha fala lembrando que o dia 23 agora é o Dia Mundial de Luta contra a Monsanto. (*Palmas.*) A Monsanto é só uma empresa e, no entanto, é tida hoje como um dos principais monopólios mundiais. Então, a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida vai fazer uma atividade na Rodoviária do Plano Piloto, na segunda-feira, dia 25, à tarde. Quem quiser estar presente, estaremos lá.

É isso. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Está presente também conosco o Sr. Edmundo, Vereador do Município Cabeceira, no Estado de Goiás. Eu peço a ele, então, para dar sua saudação rapidamente. Agradeço a sua presença. Temos de espalhar o debate por todas as Câmaras de Vereadores em toda a nossa região, Edmundo. (*Palmas.*)

O SR. EDMUNDO GOMES FILHO - Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite do Deputado Augusto e cumprimentar todos os que se fazem presentes neste plenário. Quero dizer a vocês que estou vendo o debate sobre Alto Paraíso, na Chapada dos Veadeiros. Com a nossa cidade de Cabeceiras — nós estamos na divida de Minas — não é diferente. Nós vimos os agricultores tomarem conta da nossa comunidade, da nossa cidade.

Hoje mesmo eu me deparei com um crime ambiental. Um produtor devastou uns pés de eucalipto e os estava enterrando para não ser multado. Então, isso é um absurdo! Eu acho que está na hora de uma ação do Poder Legislativo, da Câmara dos Deputados. É uma vergonha estarmos aqui representando uma cidade de Goiás, porque não temos representantes no Governo. Marconi Perillo é uma vergonha no Estado por essa depredação que está ocorrendo no meio ambiente.

Lá não está diferente. Mostraram uma reportagem sobre o Poço Azul, que não é nascente do nosso Município, mas de Formosa, cidade vizinha, e que foi interditado. Então, está na hora de alavancarmos, juntamente com todos os Parlamentares, a busca em prol de melhorias para o nosso País, o nosso Brasil.

Eu não me apresentei no início, mas estou como Vereador na cidade de Cabeceira, em Goiás. Meu nome é Edmundo.



Muito obrigado a todos e uma boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Edmundo, pela presença.

Vou chamar agora a Representante do Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Nathália Machado e Souza. (*Palmas.*)

A SRA. NATHÁLIA MACHADO E SOUZA - Bom dia a todos!

Alguém aqui já ouviu falar em lista vermelha de espécies ameaçadas? Levante a mão, por favor. (*Pausa.*) Tudo bem. Eu estou aqui representando o Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio. E podemos dizer: “*O que o Jardim Botânico do Rio tem a ver com a Chapada dos Veadeiros?*” Tudo, conforme já discutimos aqui.

Bom, eu tenho em mãos um ofício — se alguém quiser ter acesso a ele, está aqui —, que foi elaborado pelo Centro, com alguns dados para fortalecer a nossa luta.

Eu vou ler rapidinho alguns trechos para os senhores. Prometo que a minha fala vai ser bem rápida.

O Centro Nacional de Conservação da Flora tem como missão coordenar os esforços de conservação da flora brasileira ameaçada de extinção. E o Ministério do Meio Ambiente lhe deu as seguintes atribuições: avaliar o risco de extinção de espécies da flora e formular as ações estratégicas para a conservação das espécies da flora ameaçada de extinção. Ou seja, o Centro tem a atribuição de elaborar listas vermelhas de espécies ameaçadas, de elaborar mapas de áreas prioritárias para conservação e, depois disso, de fazer um plano de ação para conservação dessas espécies.

Curiosamente, ninguém do Centro ficou sabendo oficialmente da elaboração do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto.

Então, é uma instituição responsável pela conservação da flora, mas ninguém ficou sabendo, ninguém foi consultado. E eu me pergunto de onde a empresa tirou esses dados para fazer avaliação da APA.

Eu vou passar rapidinho para os senhores, em função do tempo, uma avaliação que nós fizemos, na qual conseguimos constatar que, na área da APA de Pouso Alto, há 52 espécies da flora ameaçada de extinção. Não é uma, não são



duas, são 52 espécies ameaçadas de extinção, sendo que 34 estão criticamente ameaçadas ou ameaçadas. São espécies no ápice, no *top* das espécies ameaçadas. E isso foi considerado? Não foi.

Essas espécies estão presentes na Zona II do Plano de Manejo. Ou seja, é aquela área que foi definida para as atividades de desenvolvimento sustentável, com uma área de menor sensibilidade. E, no final do ano passado, em dezembro de 2014, o Ministério do Meio Ambiente publicou uma portaria que dispõe que as espécies constantes na categoria criticamente em perigo e em perigo ficam protegidas de modo integral — integral —, incluindo a proibição de coleta, corte, transporte, armazenamento, manejo, beneficiamento e comercialização, dentre outras. Ou seja, há uma incongruência muito grande, dentre várias outras, que todo mundo já apontou aqui: há espécies muito ameaçadas na área, que estão protegidas por uma portaria do MMA, mas isso não foi, de maneira alguma, incluído no Plano de Manejo. Essa é a nossa informação mais relevante.

O Centro tem essa função, esse encargo. E a Ministra do Meio Ambiente toda semana vai ao Centro cobrar que tomemos ações para a conservação da flora. Há um plano, que é o Plano de Ação Nacional para a Conservação da Flora, no qual trabalhamos por regiões. Trabalhamos agora com a Serra do Espinhaço, na região de Grão Mogol, em Minas. A próxima etapa é a elaboração do Plano de Ação Nacional para Conservação do Alto Tocantins, que inclui essa região. Ou seja, há um plano de manejo que está sendo votado e o CNCFlora vem atrás correndo para tentar conservar aquilo que vai ser desmatado, que vai ser destruído.

Eu sou goianiense, comedora de pequi. Olhando a rede social, que é uma fonte de informação muito ampla para todos, coincidentemente eu vi que esse plano estava sendo votado. Eu trabalho no CNCFlora e falei assim: *“Gente, quer dizer que vamos fazer um plano de ação para essa região? Mas, quando chegarmos lá, o Plano de Manejo já foi votado.”* Então, há uma incongruência muito grande.

Nesse ofício, há esses dados sobre a flora. Fizemos também uma avaliação do plano, assim como várias pessoas já fizeram aqui. No final, o Coordenador do Centro o assinou.

A nossa proposta é que o Plano de Manejo seja revisto, considerando os dados aqui apresentados sobre a flora ameaçada de extinção. E ainda



aconselhamos que esse zoneamento seja integrado ao Plano de Ação Nacional para Conservação do Alto Tocantins, para se evitar possíveis conflitos no futuro.

Eu estou à disposição dos senhores. Quem quiser me procurar depois para receber o ofício, vou estar por aqui mais um tempo.

Muito obrigada todos e boa tarde! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Muito obrigado, Natália. Eu achei muito importante a sua intervenção e gostaria de ter o documento depois. Acho que há uma série de contribuições que vão surgindo, ações que podem se concatenar no sentido de proteger essa região.

Passo a palavra à Sra. Diva, Consultora Internacional da UNESCO. (*Palmas.*)

A SRA. DIVA - Obrigada, Deputado Augusto Carvalho, pela concessão da palavra. Na verdade, eu quero fazer apenas um comunicado.

Eu trabalhei na ONU e atualmente sou Consultora Internacional de várias organizações, inclusive da UNESCO.

Há 1 mês e meio, eu estive pessoalmente com a Diretora da Oficina da UNESCO para América Latina e Caribe, a Sra. Lídia Brito, e entreguei a ela e a sua Comissão, que também está ligada a Paris, uma documentação sobre tudo o que está acontecendo com a APA e as ameaças que podem ocorrer ao parque.

Há uma grande preocupação na UNESCO com possíveis ameaças. O Brasil assinou um acordo internacional — todos os acordos obedecem a premissas e a outros acordos internacionais —, que pode ou não descumprir-lo neste momento. Se houver uma ameaça de fato, ele estará descumprindo o acordo e colocando em risco um patrimônio mundial. Isso dentro da ideia, sobretudo, de que patrimônios mundiais são reservas da biosfera para as próximas gerações. Se o Estado de Goiás e o Governo Federal, evidentemente, não tomarem a iniciativa de fazer a proteção ambiental do patrimônio da humanidade e para as próximas gerações, isso vai entrar em futuras negociações com o Governo brasileiro.

Então, eu gostaria de deixar claro que isso já chegou à UNESCO.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Diva.



Eu gostaria de solicitar à senhora que também fizesse chegar às nossas mãos, à Comissão de Meio Ambiente, esse documento que foi entregue à Diretora da Oficina da UNESCO para América Latina e Caribe, por favor.

Obrigado.

Vamos ouvir agora a Nina Paula Laranjeira, Diretora do Centro UNB Cerrado.
(Palmas.)

A SRA. NINA PAULA LARANJEIRA - Boa tarde a todos!

Eu estou ficando um pouco angustiada porque estamos ficando com poucas pessoas e seria importante que tirássemos alguns encaminhamentos, porque foram discutidas muitas coisas importantes aqui. Tudo que ouvimos é superpertinente. E eu já me senti muito contemplada na fala do Fernando, porque eu havia pedido a palavra para falar principalmente da riqueza humana da Chapada. Eu acho que grande parte dessa riqueza humana são os agricultores familiares.

Então, eu acho que a Chapada dos Veadeiros precisa de investimentos, de pessoas capazes de fazer a gestão de uma área que possui toda essa fragilidade, conforme foi colocado, toda essa riqueza natural, porque o capital humano nós temos. Temos os agricultores familiares, as comunidades tradicionais e o Centro UNB Cerrado, que está funcionando dentro da Chapada. E eu quero até fazer um parêntese, porque, exatamente há 8 anos, neste auditório, eu ouvi pela primeira vez falarem sobre a ideia de criar um centro de estudos e pesquisas da Universidade lá na Chapada. O Dada estava aqui neste lugar e falou desse sonho e eu estava na plateia e ouvi. E depois o meu nome chegou até o Dada como a pessoa que poderia ajudar nessa missão. E nesse esforço de levarmos a Universidade... Eu conhecia a Chapada também como turista, como a maioria das pessoas daqui de Brasília, e me encantou muito a riqueza do capital humano que tem a Chapada dos Veadeiros, com um conhecimento tradicional que não está só nas comunidades tradicionais, mas também em muitos agricultores familiares. E também há as pessoas de fora que vão para lá, que são encantadas por esse lugar, por essa beleza, que resgatam esse conhecimento e que estão ali dispostas a trabalhar. Então, eu acho que nós temos tudo lá. É pouca gente, o que é bom para uma área conservação. A densidade populacional ainda é pequena, e nós temos todo esse recurso disponível. Nós precisamos que, realmente, a área seja vista como um mosaico de unidades,



que possamos fazer a gestão integrada, mas já está tudo lá. Nós precisamos de investimento.

Os agricultores precisam recuperar as Áreas de Preservação Permanente, porque a água está visivelmente desaparecendo. Há relatos da maioria dos agricultores de que, nos últimos 3 anos, 4 anos, a água vem sumindo, as nascentes vêm secando. Então, nós precisamos recuperar essas áreas, precisamos de investimento para isso. Mas as pessoas estão lá, elas querem. Os agricultores já são agricultores de base agroecológica. Falta muito pouco para podermos até certificar esses produtos, e eles chegarem a outros mercados.

Nós precisamos alimentar a população da Chapada dos Veadeiros com esses produtos saudáveis. Mas já está tudo lá, e nós precisamos realmente que a região seja vista como uma área diferenciada, que precisa desse investimento. E nós podemos produzir a água, nós podemos recuperar essas áreas, e produzir, inclusive, um modelo para o Brasil. Eu acho que a região tem tudo para isso, mas precisa ser vista. É um momento crucial. A Carla mostrou os mapas. O momento é de virada, é um momento importante.

E eu queria muito que nós saíssemos daqui com algum encaminhamento, para darmos continuidade a esse processo, e queria saber quem são os Deputados com que precisamos conversar. Temos hoje conhecimento sistematizado, nós precisamos colocar isso no papel, para que chegue às pessoas. Se nós pudéssemos ter uma lista de quais são os Deputados um pouco mais sensíveis, que podemos procurar para conversar, fazer chegar a eles os documentos... Acho que seria muito importante começarmos a pensar em concluir, antes de todos irem embora, para podermos ver como seguiremos com esse trabalho, que eu acho que é um longo trabalho, mas que está começando aqui.

Era só isso. E quero agradecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Eu sei que estamos no final, mas, democraticamente, estou ouvindo todo mundo, e peço agora que, se puderem, sejam mais sintéticos para ouvirmos todos e, ao final, termos um desfecho.

Com a palavra a Sra. Jady Rafaela Reis, estudante da UnB. (*Palmas.*)



A SRA. JADY RAFAELA REIS - Boa tarde a todos! Como o Deputado disse, o meu nome é Jady, sou aluna de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília e estou aqui não só como representante da comunidade acadêmica, dos estudantes, mas também do CEMA, Comitê Estudantil pelo Meio Ambiente, uma congregação de vários cursos das ciências da vida da Universidade de Brasília.

Nós estamos aqui para dizer que defendemos a reformulação do Conselho da APA Pouso Alto, para que tenha mais representatividade, seja mais democrático com a população, as etnias, a agricultura familiar e até com os próprios jovens. Um problema social bem grande é a evasão de jovens, por falta de perspectiva de futuro naquela região.

Queremos também uma gestão integrada da APA e que o MMA cumpra o seu papel também como protagonista nessa causa de defesa do Cerrado e que essa gestão também vise uma oportunidade de emplacarmos como exemplo em energias renováveis, educação ambiental, agroecologia, ecoturismo, respeitando essa riqueza que é reconhecida internacionalmente, e que vise também o uso justo dos recursos naturais.

Para finalizar, quero dizer também que apoiamos a PEC do Cerrado e da Caatinga e esperamos que os representantes governamentais se juntem a nós e se sensibilizem com a causa, que é uma questão bastante delicada, porque se trata do berço das águas do País, considerado como um *hotspot*, com alta biodiversidade e tudo o mais.

Quero dizer ainda, na condição de representante do CEMA, Comitê Estudantil pelo Meio Ambiente, que estamos disponíveis para fornecer mão de obra para integrar a projetos e iniciativas que visem à valorização e proteção do Cerrado.

Era o que eu queria dizer. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigada, Jady.

Com a palavra a Constancia Ospina, representante do Movimento Somos Água.

A SRA. CONSTANCIA OSPINA - Obrigada. Boa tarde! Nós já estamos há vários anos lutando pela defesa dos rios, das águas da Chapada. Eu faria aqui um pequeno resumo das coisas mais importantes que nós temos vivenciado durante esses anos de experiência. E é isso, é uma petição aos Governos ou ao Governo do



Brasil, para impedir o desenvolvimento econômico que destrói e envenena a natureza. Acho que isso é fundamental, porque as leis que permitem isso estão erradas, né? Então, isso tem que ser modificado. Pedimos estudos e soluções alternativas. Queremos não só proteger o Cerrado, mas também melhorá-lo, por exemplo, na questão do lixo, com estudos socioambientais sérios e consultas públicas com a participação dos cidadãos, e que a voz da população seja respeitada, algo que muitas vezes não se chega ao cabo.

No que se refere à água, um bem tão precioso, diríamos que queremos poder continuar saciando a nossa sede e nos refrescando nos dias de verão nos nossos rios limpos, com os quais a natureza generosamente e sabiamente nos brinda. Queremos poder continuar repousando na beira dos rios com nossos filhos, com o perfume limpo da natureza, como fizeram os nossos antepassados.

Pedimos aos Governos que as águas e toda a natureza do Cerrado sejam respeitadas e protegidas como um patrimônio precioso da humanidade e de toda a forma de vida presente e futura, por vocês, por nós, pela vida. É um chamado para nos unirmos. Precisamos dessa união. Sem união, não vamos conseguir. Mas, se, realmente, sentimos no coração um chamado da natureza, um chamado para nos unirmos, aí vamos estar tão fortes quanto os rios quando se juntam, pela vida!
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Constança.

Com a palavra Tanira Azevedo, representante do Movimento dos Direitos Animais. (*Palmas.*)

A SRA. TANIRA AZEVEDO - Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, componentes da Mesa, demais presentes. Eu quero agradecer também aos que já foram embora.

A energia permanece aqui e percebo, muito feliz, que a angústia que eu tinha com relação ao que está acontecendo se foi hoje, porque percebo que as pessoas estão realmente trabalhando, estão colocando a mão na massa. Isso não aparece para os cidadãos. A mídia tem uma força muito grande, só que ela também é manipulada. Então, cabe a nós, como formiguinhas, fazer esse trabalho de divulgação e dizer que nós estamos trabalhando.

O Marcus falou sobre a representatividade. Há a necessidade de representação de todos os entes e agentes, e eu venho representar os animais, que



são invisíveis. Eu percebi aqui que poucas pessoas, poucos humanos, se lembraram dos animais. Então, eu e outras pessoas, no Brasil e no mundo, estamos fazendo esse trabalho de conscientização sobre os animais, porque eles, com a dignidade e importância que têm, fazem parte dessa luta. Nós precisamos sempre falar deles. É preciso que os representantes do povo, em suas falas, e as instituições, sempre se lembrem dos animais. Nós, quando estivermos conversando ou tratando de algum assunto, também precisamos falar dos animais.

Eu venho falar sobre isso e também sobre a consciência planetária. Nós temos que endireitar a nossa consciência, o nosso caminho. Nós não somos mais do Santuário da Chapada dos Veadeiros e todo o seu entorno. Nós somos seres planetários, nós estamos cuidando do planeta. Isso é muito importante. Quero parabenizar o Fernando, porque, quando ele falou aqui, eu me senti profundamente informada, ele deu uma aula profunda de ecologia. Eu mesma não tinha alguns conhecimentos e os obtive aqui. Foram informações didáticas. Outra pessoa falou aqui que as pessoas não amam, não conhecem, não têm educação. Nós precisamos educar nas nossas casas, as nossas crianças, nós mesmos. Temos que estudar.

Agradeço também ao Deputado Ricardo Tripoli, que esteve aqui e está conosco na Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Animais, que é presidida pelo Deputado Ricardo Izar e composta por muitos outros representantes tanto da Câmara quanto do Senado Federal, que se comprometeram a legislar pelos animais. Nós precisamos dessa força, porque animais não são somente o cão, o gato e o passarinho que estão aqui perto de nós. Existem animais, no contexto de que estamos tratando, que são do bioma do Cerrado. Com a preservação desse bioma, esses animais vão poder sobreviver, vão poder viver, eles vão nos trazer vida. Por exemplo, eu ganhei este ipê: quantos passarinhos vão pousar, cantar e fazer seu ninho aqui? Precisamos ter essa consciência. Percebo que é uma luta entre David e Golias, mas nós vamos vencer. Precisamos perseverar e preservar.

Quero agradecer a todos com todo o meu carinho. Desejo que continuemos juntos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Tanira.



Concedo a palavra a Sra. Juliana, Professora da Universidade Federal de Goiás. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Dioclécio da Luz, proprietário de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN de Alto Paraíso. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Sr. Tatiano Tavares, do Movimento de Luta pela Terra — MLT. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao último inscrito, Sr. Cezar Neto, morador de Alto Paraíso. *(Palmas.)*

Com paciência, ouvimos todos e aprendemos muito.

O SR. CEZAR NETO - Quero agradecer a oportunidade e dizer que eu não sou militante ecológico. Fui ativista político a vida toda. Achei por bem dar este depoimento. Ontem, a Constancia me convidou para vir a esta audiência pública. Sou telespectador assíduo da *TV Senado* e da *TV Câmara*. Sou músico e compositor e achei que podia fazer um fechamento legal dessa reunião com um texto que um amigo meu escreveu, Ewaldo Rebello, que se intitula *Tributo ao Cerrado*.

Esse texto fala assim:

*“Pai, fui parar lá no Cerrado,
Quase fiquei pirado,
Quando vi tudo queimado.
Não vi um só tucano, arara, lobo-guará ou veado,
Me falaram que é o costume, para mais fácil virar o arado,
Preparando assim a terra, para algo ser plantado.
Pai, está tudo errado,
Por isso que tantos reclamam, que o solo está estragado,
Que a safra é pior que a do ano passado.
Pai, algo tem que ser modificado,
Senão o Brasil não terá mais cerrado,
E o que será do tucano, arara, lobo-guará e veado,
A cada um cabe correr, para depois morrer queimado ou sufocado?
E o que será do meu filho, que não verá mais o Cerrado?”*



*A não ser em filmes e fotos que alguém houver registrado.
Pai, não quero ficar aqui parado,
Me ajude, fale com algum Deputado,
Chame a imprensa, reclame, acampe em frente ao
Senado.
Pois algo tem que ser modificado,
Senão o Brasil não terá mais Cerrado,
E o que será do tucano arara, lobo-guará e veado?"*

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Obrigado, Cezar.

Pessoal, de tudo que foi falado, de todas as contribuições que foram apresentadas, eu queria, em nome da Comissão do Meio Ambiente, já que o nosso Presidente não está aqui, firmar um compromisso com vocês. Está tudo gravado. Nós temos algumas questões que me parecem prioritárias, que precisam ser tratadas com mais urgência. Sobre o zoneamento, quando vai ser a próxima audiência? Para quando está marcado o desfecho desse processo, Marcus?

O SR. MARCUS SABOYA - Havia sido marcado para o final de abril, depois foi adiado para 25 de maio, mas me parece que já foi adiado novamente. Então não há data exata. As pessoas têm procurado. Acho que as pessoas não vão se desmobilizar. Estão achando que vamos nos desmobilizar, mas não vamos, não. Vamos manter o movimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Primeiro, a composição do conselho é absolutamente antidemocrática, autoritária e esquisita. É uma maneira de manipulação que parece que já está encadeada. Vou conversar com o nosso Presidente, vou colocar na reunião um pedido para sustar, enfim, que seja tentado algum movimento no sentido de questionar essa composição, até porque isso está ferindo a legislação. É óbvia a afronta à legislação. Eu acho que isso é para agora, tem que ser uma coisa imediata. Vou dar ciência disso ao nosso Presidente e tentar formalizar. Preciso do contato de vocês para poder dar sequência a isso. Essa questão da composição, para mim, é prioridade absoluta.



Segundo, a própria representante do parque tem uma proposta de ampliação dos limites da Área 1 para que haja essa contenção ao avanço da degradação que está em curso.

A representante do Instituto Chico Mendes me pareceu sensível. Eu percebo que as pessoas estão precisando de apoio, de sentir que têm respaldo para o que estão propondo, que não estão isoladas, mas com respaldo da comunidade, de todo mundo que aqui se manifestou, de pessoas que militam na área aqui em Brasília e no País inteiro, como é o caso da moça que estava aqui representando o Rio de Janeiro.

Então, eu acho que precisamos calçar essas iniciativas que estão ocorrendo nos órgãos de Governo. No caso do Governo do Estado de Goiás, está aqui a Prefeitura, representada pelo Secretário, que fez uma boa intervenção.

Essas duas questões são factíveis, são imediatas. Nós podemos fazer a interlocução com o Ministério de Meio Ambiente e buscar essa interlocução com o Governo de Goiás para tentar quebrar as dificuldades que existem na mediação dos conflitos que nós percebemos estarem instalados.

Você tem a palavra, amigo.

O SR. WERNER ROMANO - A minha pergunta é a seguinte: o Governador do Estado, que em última instância é quem aprova a proposta, tem interesse pessoal declarado. Tanto é que a Fazenda Gavião, de propriedade dele, ficou como Zona 2, encostando no parque. Ele quer montar as usinas hidrelétricas para mover as usinas de cana-de-açúcar que ele quer construir. Ele está trabalhando para fazer isso lá com essa intenção. Ele quer permitir a mineração, porque há amigos dele que declaradamente querem fazer mineração lá. Ele já manipulou o primeiro plano de manejo, colocando-o na mão do primo do Caiado, e o Caiado está atrás disso. Então, como nós podemos conseguir a aprovação final da mão de um sujeito que não tem consciência nenhuma sobre o assunto, que só tem interesse pessoal? Uma pessoa que faz asfalto só até a porta da própria fazenda, parando ali, é uma pessoa que nem deveria estar num órgão público, porque é uma pessoa que só trabalha com interesse pessoal. Como isso vai ser ultrapassado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Carvalho) - Nós temos de agir de maneira impessoal. Nós, Parlamentares da Comissão do Meio Ambiente, temos de



procurar fazer a nossa parte, agindo de maneira impessoal, com divergências políticas à parte. Temos a nossa opinião partidária, cada um tem a sua. O que nos moverá serão certamente ações de política pública para fazer a defesa dessa questão. Agora, se encontrarmos resistência, cada um com as suas convicções partidárias, suas lealdades partidárias — eu sou do Solidariedade, e na Comissão há gente do PSDB e de outros partidos —, buscaremos convergências para que possamos fazer as coisas acontecerem da melhor maneira possível. Assim entendo.

Alguém mais deseja se pronunciar? *(Pausa.)*

Eu queria pedir a vocês um crédito de confiança. Eu vou recolher essas contribuições.

Eu acho que foi a Natália quem falou aqui sobre uma instituição que não foi ouvida em relação ao inventário da flora e da fauna. Eu acho que é muito importante essa contribuição dela também.

Como falou aqui a Sra. Diva, consultora da UNESCO, são importantes as ações internacionais para tentar evitar a política de fato consumado.

Eu queria esse crédito de confiança — se nós pudermos merecê-lo —, para que no interior da Comissão possamos agir.

Brevemente, eu espero fazer o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Cerrado. Será outro momento em que essas questões certamente serão debatidas. Eu espero contar com a participação de vocês, que já ficam convidados. Ainda não sabemos o dia, mas até semana que vem teremos essa data. Nós o anunciaremos pelas redes sociais, pela mídia.

Se todos concordarem, eu darei por encerrada esta sessão, agradecendo a nossos bravos guerreiros do SOS MAIS Cerrado. Pode ser? *(Pausa.)*

Muito obrigado a todos e a todas, e até a próxima oportunidade. *(Palmas.)*

Vamos ao vídeo.

(Exibição de vídeo.)